

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PUC-RIO

TEXTO PARA DISCUSSÃO
Nº. 393

EFEITOS INFORMAIS DO SALÁRIO MÍNIMO
E POBREZA¹

Marcelo Neri
IPEA

Gustavo Gonzaga
PUC-Rio

José Márcio Camargo
PUC-Rio

DEZEMBRO 1998

¹ Este estudo foi financiado pelo convênio firmado entre o Departamento de Economia da PUC-Rio e o Ministério do Trabalho em 1997-8. Um dos autores gostaria de agradecer a Ricardo Paes de Barros pelos acalorados debates realizados no Ministério do Trabalho e no IPEA-Rio que em muito contribuíram para a motivação por trás deste estudo. Gostaríamos ainda de agradecer a excelente assistência de pesquisa desempenhada por Alexandre Pinto, Mabel Nascimento, e Flávio Daltrino. Os erros remanescentes são de nossa inteira responsabilidade.

1. Introdução

O objetivo final deste artigo é subsidiar a formulação da política de salário mínimo no Brasil. Inicialmente, avaliamos a efetividade da política de salário mínimo nacional sobre a determinação dos salários nos segmentos formais e informais do mercado de trabalho brasileiro. A nossa técnica consiste basicamente em mapear pontos de pressão/soluções de canto produzidas pela política de salário mínimo.

A medida do grau de efetividade do salário mínimo aqui utilizada nos permite distinguir os diversos efeitos do mínimo no mercado de trabalho brasileiro. Além do tradicional efeito sobre o mercado formal de trabalho (funcionários públicos e trabalhadores com carteira assinada que recebem um salário mínimo), destacamos dois efeitos informais do mínimo: i) a alta porcentagem de trabalhadores sem carteira assinada que têm seus salários fixados de acordo com o valor do mínimo; e ii) o efeito-*numerário*, que consiste na observação de remunerações equivalentes a múltiplos inteiros do salário mínimo. Neste último aspecto, a metodologia consiste numa aplicação em termos de níveis de renda da metodologia proposta em Neri (1997) para variações de salário.

Estes pontos de pressão produzidos pela política de salário mínimo captados a nível individual são utilizados, posteriormente, como mecanismo de focalização na simulação de efeitos de reajustes do salário mínimo sobre a renda familiar per capita e, em particular, sobre medidas de pobreza no Brasil. Neste sentido, o exercício é semelhante em espírito àquele empreendido em Ramos e Reis (1994) e Gramlich (1976).

2. Efetividade do Salário Mínimo nos Diversos Segmentos do Mercado de Trabalho

O objetivo desta seção é mapear o grau de efetividade do salário mínimo nos diversos segmentos do mercado de trabalho brasileiro. A medida de efetividade inicialmente proposta é a porcentagem de trabalhadores que recebem remunerações idênticas ao valor do salário mínimo.

2.1 Metodologia

O efeito mais característico de uma política de salário mínimo sobre os salários é o de concentrar a massa da distribuição de salários com níveis inferiores aos do mínimo no valor exato assumido pelo mínimo. A idéia é que, caso não houvesse a política de salário mínimo, observaríamos uma distribuição contínua na qual cada ponto no domínio da distribuição teria uma probabilidade nula de ser observado. A política de salário mínimo *discretiza* parte desta distribuição, concentrando massa positiva no valor assumido pelo mínimo.

Neste sentido, o cálculo de medidas de avaliação da efetividade do mínimo sobre a distribuição de salários deveria se basear no número de indivíduos recebendo exatamente *um salário mínimo*, e não na comparação de médias dos salários com o valor do mínimo ou em estatísticas como a proporção de indivíduos que recebem abaixo do mínimo.

A idéia intuitiva por trás deste indicador é que, como a proporção de trabalhadores em qualquer ponto da distribuição deveria ser nula, o efeito do mínimo é o de deslocar pessoas abaixo do mínimo para exatamente o valor do mínimo. Portanto, a proporção de trabalhadores com salários idênticos ao mínimo corresponderia a uma medida da parcela dos ocupados afetada pela existência do piso nacional de salários.² Em outras palavras, estamos avaliando o tamanho da solução de canto imposta pelo salário mínimo à distribuição dos salários no Brasil.

A base de dados utilizada é a PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio), realizada pelo IBGE em setembro de 1996. A sistemática de utilizar a massa da distribuição com valores exatamente iguais ao salário mínimo é especialmente relevante para este período (entre maio de 1996 e abril de 1997), quando o salário mínimo assumiu o valor de R\$112,00, um valor “quebrado”. Isto não ocorreu, por exemplo, durante o período entre maio de 1995 e abril de 1996, quando o valor de R\$100,00 assumido pelo mínimo não nos permite avaliar com clareza se a concentração de salários iguais a R\$100,00 refletia a influência direta do mínimo ou

² Card and Krueger (1995) demonstram que a legislação do salário mínimo afeta também valores acima próximos ao mínimo.

outras razões, como um simples arredondamento.³ Neste sentido, a PNAD/96 constitui um laboratório privilegiado para a aferição da efetividade da política de salário mínimo no Brasil, uma vez que a única referência óbvia associada ao valor de R\$112,00 é o fato de que este era o valor do salário mínimo na época.

2.2 Avaliação Empírica

Como mencionado acima, a técnica inicialmente utilizada para medir o grau de efetividade do salário mínimo constitui na aferição da proporção dos trabalhadores que recebem exatamente um salário mínimo no Brasil. Segundo a PNAD/96, esta proporção, em setembro de 1996, correspondia a 9% do conjunto total de trabalhadores ocupados na economia brasileira.

Através da Tabela 1 abaixo, podemos comparar o grau de efetividade do salário mínimo para o total de trabalhadores e para diversos segmentos do mercado de trabalho brasileiro: funcionários públicos, e trabalhadores com e sem carteira assinada. A seguir, analisamos separadamente os resultados para cada um desses segmentos.

Total de Trabalhadores⁴

A segunda coluna da Tabela 1 mostra que 9% dos trabalhadores brasileiros recebiam em setembro de 1996 exatamente um salário mínimo (R\$112,00).

Trabalhadores Formais e os Múltiplos do Mínimo

Iniciamos a análise da efetividade do salário mínimo pelo segmento formal do mercado de trabalho brasileiro, o qual está sujeito às imposições da legislação trabalhista. De acordo com a PNAD/96, 8% dos trabalhadores com carteira assinada (cerca de um milhão e meio de indivíduos) percebiam salários idênticos ao salário mínimo, ou seja, exatamente R\$112,00, em setembro de 1996.

³ Paulo Paiva comparou o problema gerado por esta metodologia quando o salário mínimo corresponde a R\$100,00 com os problemas enfrentados pelos demógrafos devido ao hábito dos entrevistados de pesquisas domiciliares de arredondar o valor das suas idades em torno de múltiplos de 5 anos.

⁴ Este agregado corresponde ao total de ocupados remunerados, aí incluindo os trabalhadores por conta-própria e empregadores.

Uma análise visual da distribuição de salários do setor formal revela também a existência de pontos de acumulação de massa em outros múltiplos do salário mínimo.

Conforme Neri (1997) argumenta, o salário mínimo tem sido amplamente difundido como numerário ou unidade de conta no processo de fixação de salários no Brasil. Ou seja, é comum os trabalhadores terem suas rendas fixadas em termos de múltiplos de um salário mínimo legal. Este efeito-numerário constitui o primeiro efeito informal do salário mínimo aqui considerado. É importante destacar que a Constituição de 1988 proíbe a prática de indexação de salários ao mínimo. Neste sentido, o uso do mínimo como numerário no setor formal constitui uma prática ilegal.

De acordo com a PNAD/96, cerca de 14% do conjunto total de trabalhadores com carteira assinada ganhava exatamente determinados múltiplos do salário mínimo vigente na época (1 s.m.(R\$112,00), 2 s.m. (R\$224,00), 3 s.m. (R\$336,00), 0,5 s.m. (R\$56,00) e 1.5 s.m. (R\$168,00)).⁵ O efeito-numerário, portanto, é responsável pela determinação de 6% dos salários dos trabalhadores com carteira assinada.

Tabela 1

**Proporção de Salários Idênticos ao Mínimo ou Múltiplos Inteiros do Mínimo
Brasil - Setembro de 96
Todos os Indivíduos**

Múltiplos	Todos	Setor Público	Com Carteira	Sem Carteira
1	9	8	8	15
2	2	1	3	2
3	0	1	1	1
Abaixo (*)	15	8	2	30
0,5 ou 1,5 (*)	1	0	2	2

(*) do Mínimo (R\$112,00)

Fonte:PNAD 96

No conjunto dos funcionários públicos das três esferas de governo, a proporção de indivíduos com salários idênticos ao mínimo é similar àquela observada entre os trabalhadores com carteira assinada, 8%. No entanto, o uso do salário mínimo como numerário (indexador) se revela uma prática menos proeminente entre os

⁵ De acordo com dados da PME 97-98, o uso do salário mínimo como numerário nas regiões metropolitanas seria ainda mais acentuado, pois 18% dos empregados formais recebem múltiplos do salário mínimo. Neri (1997) propõe a unificação destes efeitos calculando a partir de dados longitudinais a proporção de trabalhadores cujos reajustes coincidem com os do mínimo.

funcionários públicos: apenas 2% dos funcionários públicos recebiam os múltiplos diferentes do piso legal contra 6% dos empregados com carteira assinada.

Trabalhadores Informais

A Tabela 1 mostra que a importância relativa das soluções de canto causadas pelo salário mínimo entre os trabalhadores sem carteira de trabalho é mais forte do que aquelas operantes entre os trabalhadores formais. Em outras palavras, de forma até certo ponto surpreendente, a legislação do salário mínimo é mais efetiva (*binding*) no segmento ilegal do mercado de trabalho brasileiro do que no segmento legal. Os dados da PNAD/96 mostram que 20% dos empregados sem carteira assinada recebiam algum dos múltiplos do salário mínimo aqui considerados, número bem superior do que os 14% observados entre os empregados com carteira e os 10% observados para os funcionários públicos.

A distinção entre os segmentos sem carteira e com carteira é ainda mais pronunciada quando comparamos os trabalhadores que ganhavam apenas um salário mínimo: 15% no setor informal contra 8% no setor formal.⁶

Por outro lado, uma ordenação diversa é observada com relação à importância na determinação das remunerações dos múltiplos diferentes de um salário mínimo: 5% dos sem carteira contra 6% dos com carteira. Em outras palavras, o efeito-numericário (ou seja, a prática informal de utilizar o salário mínimo apenas como indexador) é mais forte em termos relativos no segmento formal. Este resultado pode ser parcialmente creditado à maior renda dos trabalhadores formais, o que explica a maior importância dos múltiplos de mínimo acima de 1 salário mínimo neste segmento.⁷

Chefes de Domicílio

A análise de efetividade do salário mínimo entre os principais provedores de renda dos domicílios é de fundamental importância para aferirmos o impacto dos reajustes do salário mínimo sobre a pobreza. No universo de chefes de domicílio empregados no setor formal, a proporção de trabalhadores que tem remunerações iguais ao salário mínimo cai para 5%, com base nos dados da PNAD/96.

⁶ Esta relação entre a proporção de afetados nos segmentos formais e informais é semelhante quando usamos como fonte de dados a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) de fevereiro de 1998.

⁷ Neri (1997) demonstra que apesar das diferenças observadas entre formais e informais da proporção de indivíduos com reajustes idênticos ao do mínimo cair, quando controlamos por características educacionais, estas diferenças ainda permanecem positivas.

3. Simulações dos Efeitos Formais e Informais do Salário Mínimo sobre a Pobreza

O objetivo desta seção é avaliar o impacto de reajustes do salário mínimo sobre os indicadores de pobreza no Brasil.

3.1 Metodologia

O exercício básico desta seção consiste em simular o efeito de reajustes reais do salário mínimo sobre a renda dos indivíduos de diferentes segmentos do mercado de trabalho para os quais a política de salário mínimo é efetiva (*binding*). A identificação dos indivíduos afetados pelo mínimo segue a metodologia desenvolvida na seção anterior. O exercício consiste em aplicar um determinado reajuste real do salário mínimo aos salários em que há coincidência entre rendimentos individuais e o valor do mínimo (1 s.m. ou múltiplos inteiros).

É importante destacar que o exercício consiste em reajustar a renda do trabalho dos indivíduos afetados pelo mínimo sem considerar outros efeitos colaterais do reajuste do mínimo. É óbvio que, além dos impactos sobre o nível de rendimento dos empregados, aumentos do salário mínimo podem exercer impactos adversos sobre o nível e a qualidade do emprego. No entanto, ainda não existem estudos no Brasil que apresentem medidas da elasticidade emprego-salário para os trabalhadores que recebem valores próximos ao salário mínimo.⁸

Na literatura internacional, há um concorrido debate a respeito da observação de efeitos negativos de aumentos do salário mínimo sobre o nível de emprego. Card and Krueger (1995) apresentam evidências consistentes de efeitos próximos de zero (e até mesmo positivos) do salário mínimo sobre o emprego.

No presente estudo, estamos supondo arbitrariamente que a elasticidade emprego-salário para os trabalhadores que recebem valores próximos ao salário

⁸ Neri (1997), utilizando o reajuste de 43% concedido em maio de 1995, demonstra que as probabilidades de grupos de empregados formais afetados pelo mínimo transitarem em direção ao desemprego e à informalidade são superiores àquelas encontradas para os grupos não afetados. Apesar disso, como Amadeo e Neri (1998) demonstram, o mês de maio de 1995 representa uma inflexão das séries de pobreza no Brasil. Foguel (1997), utilizando como experimento natural o processo de convergência do salário mínimo entre regiões brasileiras, estima uma correlação positiva entre salário mínimo, de um lado, e desemprego e informalidade de outro.

mínimo é nula. As simulações aqui apresentadas podem ser vistas, portanto, como limites superiores dos efeitos exercidos pelo salário mínimo sobre a pobreza.⁹

No caso dos trabalhadores formais, aplica-se um reajuste real também para os trabalhadores que percebiam salários entre os valores do antigo e do novo mínimo, de forma que sejam todos deslocados para o valor do novo mínimo (“efeito-arrasto”). Aplicamos o “efeito-arrasto” apenas aos trabalhadores formais que ganham próximo de um mínimo, pois este efeito advém exclusivamente da operação da legislação, não tendo relação com o efeito-numerário discutido acima.

No passo seguinte, agrega-se a nível de família as rendas do trabalho auferidas individualmente e calcula-se indicadores de pobreza. Este processo é repetido de maneira sequencial de forma a ampliar paulatinamente o escopo da atuação da política de reajuste do salário mínimo. Começamos mensurando os efeitos aliviadores de pobreza supondo que o mínimo afeta unicamente os trabalhadores formais que ganham valores entre o salário mínimo antigo e o novo. Posteriormente, incorporamos os efeitos informais do mínimo: aqueles atuantes sobre os trabalhadores sem carteira de trabalho e o efeito-numerário sobre os trabalhadores formais.

Os impactos do salário mínimo são percebidos a nível individual, enquanto os indicadores de pobreza são levantados levando-se em conta todas as fontes de renda auferidas a nível da família. A fim de tecer considerações diretas a respeito do efeito sobre os indicadores sociais que levem em conta o processo de agregação das rendas do trabalho dentro dos domicílios, apresentamos uma série de simulações. Estas simulações apresentam os efeitos cumulativos sobre medidas de pobreza da classe FGT baseadas em renda domiciliar per capita do trabalho.

3.2 TRABALHADORES QUE RECEBEM UM SALÁRIO MÍNIMO

As sequências de simulações apresentadas nos Gráficos 1 e 2 estudam os efeitos de um reajuste real de 42.86% concedido ao salário mínimo (o mesmo reajuste concedido em maio de 1995) sobre a proporção de pobres (P0), tomando como base

⁹ Este exercício é similar em espírito àqueles encontrados em Ramos e Reis (1994 e 1995) e Gramlich (1976). As diferenças se referem à incorporação dos efeitos informais nas simulações, ao fato dos mecanismos de focalização aqui se basearem explicitamente na mensuração da efetividade do mínimo através dos pontos de pressão coincidentes com o mínimo, e à não incorporação de uma declividade negativa da demanda por trabalho nas nossas simulações.

uma linha de pobreza nacional de R\$43,00. O Gráfico 1 apresenta os efeitos cumulativos do reajuste do mínimo sobre o nível do indicador de pobreza, enquanto o Gráfico 2 mostra as variações cumulativas deste indicador. No Apêndice B, testamos a robustez dos resultados apresentados abaixo frente a outros valores de reajuste do salário mínimo, outros indicadores de pobreza e outras linhas de pobreza.

A barra N do Gráfico 1 apresenta a proporção de pobres avaliada com a linha de pobreza de R\$43,00. As barras seguintes apresentam o valor desta medida de pobreza quando são incorporados, cumulativamente, os efeitos de um reajuste do salário mínimo em diversos segmentos do mercado de trabalho. A segunda barra, 1C, revela que a medida de pobreza, ao incorporarmos o reajuste de 43% aos trabalhadores com carteira assinada de cada domicílio que recebiam um salário de exatamente R\$112,00, seria de 29.6%. Os trabalhadores formais que recebiam salários entre R\$112,00 e o novo mínimo assumido de R\$160,00 receberam reajustes em cascata sendo todos deslocados para o valor do novo mínimo (“efeito-arrasto”).

O Gráfico 2 mostra que a variação percentual do nível de pobreza como resultado do reajuste de salários dos afetados pela legislação do salário mínimo no sentido tradicional (os trabalhadores com carteira assinada que recebiam um mínimo ou entre o antigo e o novo mínimo) seria de 1.87%. A barra seguinte, 1CS, revela que a queda cumulativa de pobreza aumenta para 3.53%, quando incorporamos os efeitos do mínimo sobre os trabalhadores sem carteira que ganhavam exatamente um salário mínimo. No caso dos trabalhadores sem carteira assinada, não incorporamos o “efeito-arrasto”, mencionado acima, pois este atua apenas devido à exigência da legislação.

Gráfico 1

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL
Proporção de Pobres - R\$ 43
NÍVEL DE POBREZA

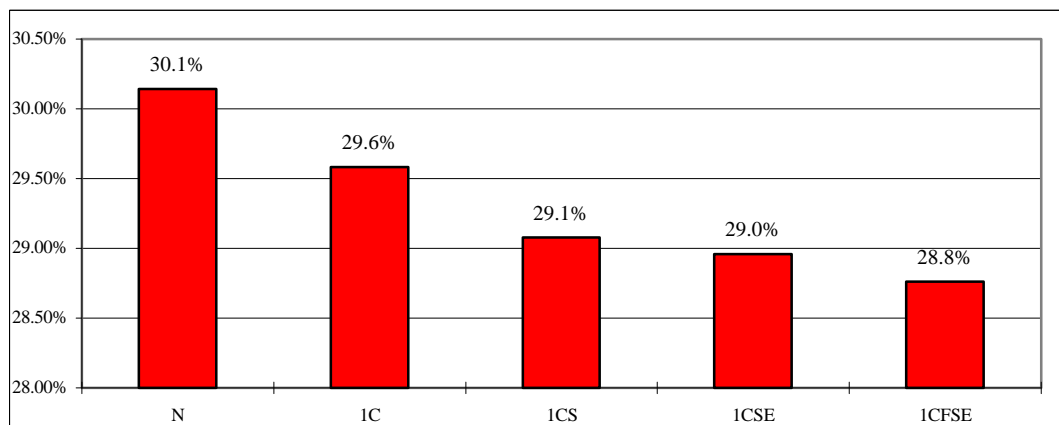
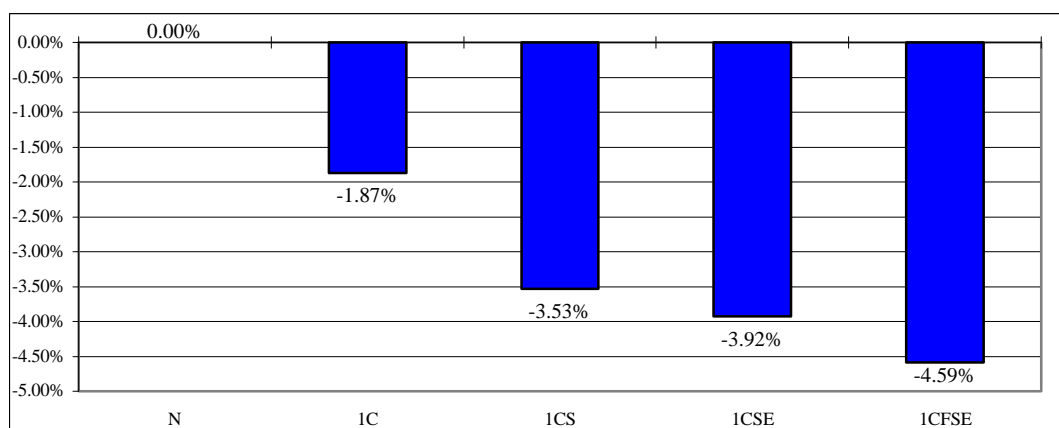


Gráfico 2

VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

F - Funcionário Público

Conforme esperado, a incorporação dos trabalhadores por conta-própria e empregadores que ganhavam exatamente um mínimo afeta pouco a proporção de pobres observada: o efeito cumulativo de queda de pobreza proporcionado pelo reajuste do mínimo aumenta de 3.53% para 3.92%. Finalmente, a incorporação de funcionários públicos que ganhavam exatamente o mínimo produz efeitos semelhantes sobre o nível de pobreza que atinge a queda cumulativa de 4.59%. Neste último passo, é considerada na simulação a operação do “efeito-arrasto”.

3.3 TRABALHADORES QUE RECEBEM MÚLTIPLOS DO SALÁRIO MÍNIMO

Nos Gráficos 3 e 4, são apresentados os resultados das simulações que seguem uma sequência alternativa àquela dos Gráficos 1 e 2. Estas simulações partem das mesmas hipóteses básica da sequência anterior (i.e., Proporção dos Pobres (P0), linha de pobreza R\$43 e reajuste do salário mínimo correspondente a 42.86%). As principais modificações introduzidas se referem à ordem em que os diversos efeitos são considerados e a incorporação de outro efeito informal do salário mínimo, o seu uso como indexador (o efeito-numericário, discutido na seção 2). Este efeito é considerado ao incorporarmos na simulação aqueles trabalhadores cujas rendas coincidem com alguns múltiplos do salário mínimo de R\$112,00 (0.5, 1, 1.5, 2 e 3 salários mínimos). Como o atrelamento a múltiplos do salário mínimo diferentes de um salário mínimo não constitui parte da legislação salarial brasileira, consideramos a operação do “efeito-arrasto” somente para os trabalhadores com carteira que ganham entre 1 salário mínimo antigo e o novo.

Como na sequência anterior, a primeira etapa, N, dos Gráficos 3 e 4 corresponde ao nível e variação, respectivamente, do indicador de pobreza sem levar em conta os efeitos do reajuste conferido ao salário mínimo. A segunda etapa, 1CF, capta a aplicação do reajuste do salário mínimo de 43%, estritamente conforme estipulado na legislação. Isto é, incorporamos apenas os trabalhadores formais (empregados com carteira de trabalho e funcionários públicos), incluindo a operação do “efeito-arrasto”. Neste estágio, a pobreza cai de 30.1% para 29.4%, uma queda de 2.53%.

Gráfico 3

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL
Proporção de Pobres - R\$ 43
NÍVEL DE POBREZA

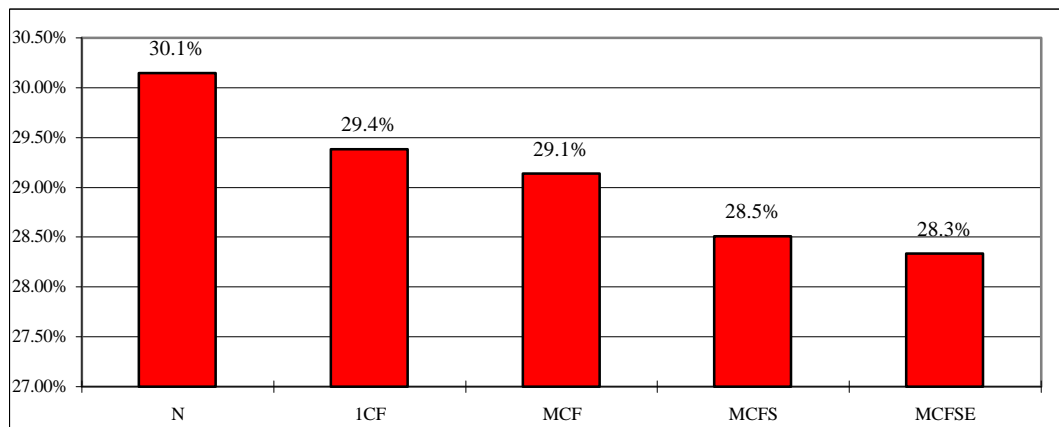
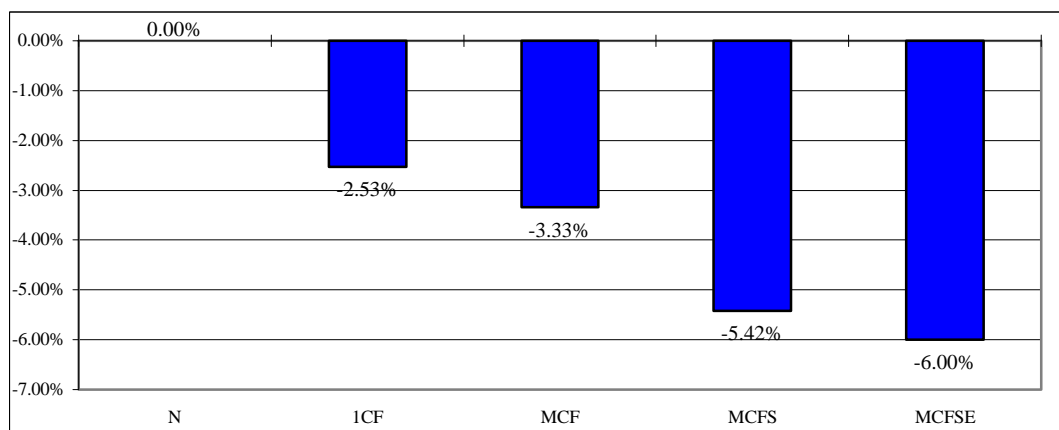


Gráfico 4

VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

C - Empregado Com Carteira

1 - Um Salário Mínimo

S - Empregado Sem Carteira

M - Múltiplos do Salário Mínimo

E - Empregador e Conta Própria

Salário Mínimo = R\$ 112,00

F - Funcionário Público

O estágio seguinte, MCF, incorpora à etapa anterior o efeito indexador do salário mínimo ao segmento formal do mercado de trabalho, isto é, aqueles trabalhadores que ganham múltiplos de mínimo diferentes de um salário mínimo. Como vimos na seção 2, o impacto relativo de múltiplos do mínimo em relação a quem ganha

exatamente um mínimo tende a ser mais expressivo neste segmento do que entre os empregados informais. Entretanto, a pobreza cai relativamente pouco neste estágio: a queda cumulativa passa de 2.53% para 3.33%. O menor efeito de alívio da pobreza produzido na margem neste estágio em relação ao anterior pode ser creditado ao fato do reajuste afetar predominantemente a trabalhadores de maiores rendas individual e domiciliar per capita.

A passagem do terceiro para o quarto estágio, MCFS, incorpora o efeito dos empregados sem carteira de trabalho que recebem múltiplos do mínimo. A queda de pobreza cumulativa passa neste estágio de 3.33% para 5.42%. Finalmente, no último estágio, MCFSE, ao incorporarmos os trabalhadores por conta própria e empregadores que recebem múltiplos do mínimo, a queda cumulativa de pobreza observada atinge 6.00%.

3.4 Conclusões

De uma maneira geral, a análise de sensibilidade de queda da pobreza aponta para a importância de se incorporar na análise efeitos informais do salário mínimo como aqueles atuantes sobre os segmentos sem carteira, conta-própria e aqueles derivados do uso do salário mínimo como numerário. Segundo as nossas simulações, o efeito aliviador de pobreza da visão tradicional do papel do mínimo, isto é aquele incidente sobre os trabalhadores formais que ganham um salário mínimo (aí incluindo o efeito-arrasto), é menos de 42% do efeito total obtido quando se incorpora à análise os canais de atuação informais do mínimo mencionados acima.¹⁰

Entre os canais informais, destacamos a importância de incorporarmos os efeitos exercidos pelo salário sobre os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada (que corresponde a cerca de 35% do efeito total), e, em menor medida, o efeito-numerário atuante sobre os trabalhadores formais (que responde por 13.3% do efeito total) e o efeito do salário mínimo sobre os conta próprias e empregadores (em torno de 9.7% do total).¹¹

¹⁰ A ordem que os efeitos são computados pode afetar a sua participação relativa.

¹¹ Souza e Baltar (1983), que cunharam a expressão “efeito-farol”, conferem maior ênfase sobre o setor informal nos conta-próprias e empregadores do que nos trabalhadores sem carteira de trabalho. Neri (1997) demonstra que a operação do “efeito-farol” no começo da década de 80 era bastante reduzida.

A incorporação de todos os efeitos formais e informais do salário mínimo frente a um reajuste de 42.86% implicaria numa redução da proporção dos pobres de 6%, supondo uma curva de demanda de trabalho totalmente inelástica. Finalmente, tentamos colocar estes efeitos em perspectiva em relação a outros trabalhos empíricos. Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que estamos falando de um ganho real substantivo do salário mínimo, como aquele conferido em maio de 1995, se não houvesse inflação. Entretanto, como Barros, Foguel e Mendonça (1997) demonstram, “Para que o valor do salário mínimo (*vigente em 1995*) viesse a estar em consonância com estas *normas (internacionais como a tradição nacional)* seria necessário essencialmente duplicar o seu atual valor”. Neste sentido, o reajuste simulado se refere a menos da metade do caminho em direção aos padrões internacionais e históricos nacionais da relação entre o salário mínimo e a renda domiciliar per capita.

Em segundo lugar, o valor de redução da proporção de pobres resultante das simulações deste estudo é ligeiramente superior àquele encontrado por Barros (1998) para três cenários alternativos, a saber: i) redução à metade da taxa de desemprego (para 4%), ii) aumento da renda per capita de 3% anual por dois anos consecutivos (com manutenção da taxa de desemprego), e iii) aumento de escolaridade de toda a população brasileira de um ano de estudo, o que normalmente ocorre a cada década, seguindo a tendência histórica brasileira. Coincidentemente, segundo o referido autor, a pobreza cairia cerca de 4.5% em cada um desses cenários traçados. Portanto, um nível inferior ao da redução de pobreza alcançado com o reajuste de 42.86% ao incorporarmos efeitos formais e informais do salário mínimo (6%) e supusermos uma curva de demanda por trabalho totalmente inelástica.

Por último e mais importante, é óbvio que, além dos impactos sobre o nível de rendimento dos empregados considerados, aumentos do salário mínimo podem exercer impactos adversos sobre o emprego. No entanto, ainda não existem estimativas confiáveis para o Brasil da elasticidade emprego-salário para os trabalhadores sem carteira de trabalho e para os trabalhadores que recebem valores próximos ao salário mínimo (como, por exemplo, em Card e Krueger (1995) para os EUA). Neste sentido, os nossos resultados sobre impactos do mínimo sobre a pobreza brasileira devem ser interpretados como limites superiores. O ponto fundamental que o artigo pretende demonstrar é sobre a necessidade da incorporação dos chamados “efeitos-informais” do mínimo à análise tanto empírica como teórica..

4. Conclusões

4.1. Visão Geral

O objetivo deste artigo foi o de subsidiar a formulação da política de salário mínimo no Brasil. Inicialmente, avaliamos o grau de efetividade da política de salário mínimo nacional sobre a determinação de salários nos segmentos formais e informais do mercado de trabalho brasileiro. A nossa técnica consistiu em mapear pontos de pressão/soluções de canto produzidas pela política de salário mínimo brasileira. Estes pontos captados a nível individual foram posteriormente utilizados como mecanismo de focalização na simulação de efeitos de reajustes do salário mínimo sobre a renda familiar per capita e, em particular, sobre medidas de pobreza.

Vejamos as principais conclusões das diversas seções do artigo.

4.2. Efetividade do Salário Mínimo nos Diversos Segmentos do Mercado de Trabalho

Metodologia

O cálculo da efetividade do mínimo sobre a distribuição de salários se baseia no número de indivíduos recebendo exatamente *um salário mínimo*. A idéia intuitiva por trás deste indicador é que, como a proporção de trabalhadores em qualquer ponto de uma distribuição contínua deveria ser nula, o efeito do mínimo é o de deslocar pessoas abaixo do mínimo para exatamente o valor do mínimo, *discretizando* a distribuição de salários. Portanto, a proporção de trabalhadores com salários idênticos ao mínimo corresponderia a uma medida da parcela dos ocupados afetada pela existência do piso nacional de salários. Em outras palavras, avaliamos o tamanho da solução de canto imposta pelo salário mínimo à distribuição dos salários no Brasil.

A sistemática de utilizar a massa da distribuição com valores exatamente iguais ao salário mínimo é especialmente relevante para a PNAD/96, a fonte básica de dados aqui utilizada, quando o salário mínimo assumiu o valor de R\$112,00, um valor “quebrado”, o que representa uma condição privilegiada para a aplicação da nossa metodologia..

Avaliação Empírica

Os principais resultados desta técnica de medir o grau de efetividade do salário mínimo nos diversos segmentos do mercado de trabalho brasileiro são os seguintes:

- 9% dos ocupados remunerados brasileiros recebiam exatamente um salário mínimo em setembro de 1996.
- 8% dos trabalhadores com carteira assinada remunerados (cerca de um milhão e meio de indivíduos) percebiam salários idênticos ao salário mínimo.
- O efeito-*numerário*, segundo o qual os indivíduos atrelam seus salários a múltiplos inteiros do mínimo, constituiu o primeiro efeito ‘informal’ do salário mínimo aqui considerado. Cerca de 6% do conjunto total de trabalhadores com carteira remunerados ganhava exatamente determinados múltiplos do salário mínimo vigente na época (2 s.m. (R\$224,00), 3 s.m. (R\$336,00), 0,5 s.m. (R\$56,00) e 1.5 s.m. (R\$168,00)).
- No conjunto dos funcionários públicos das três esferas de governo, a proporção de indivíduos com salários idênticos ao mínimo é similar àquela observada entre os trabalhadores com carteira assinada, 8%. Já o uso do salário mínimo como *numerário* se revelou menos proeminente entre os funcionários públicos: 2%.
- Surpreendentemente, a legislação do salário mínimo é mais efetiva (*binding*) no segmento ilegal do mercado de trabalho brasileiro do que no segmento legal: 15% contra 8%, respectivamente, recebiam exatamente um mínimo.

4.3. Simulações dos Efeitos Formais e Informais do Salário Mínimo sobre a Pobreza

O objetivo desta seção foi o de avaliar o impacto de reajustes do salário mínimo sobre os indicadores de pobreza brasileiros. O exercício básico consistiu em simular o efeito de um determinado reajuste real do salário mínimo sobre a renda dos indivíduos de diferentes segmentos do mercado de trabalho para os quais a política de salário mínimo é efetiva (*binding*), supondo um efeito nulo sobre o nível de emprego. A identificação dos indivíduos afetados pelo mínimo seguiu a metodologia desenvolvida na seção 2. Posteriormente, agrega-se a nível de família as rendas do trabalho simuladas individualmente e calcula-se indicadores de pobreza.

- A incorporação de todos os efeitos formais e informais do salário mínimo frente a um reajuste de 42.86% implicaria numa redução da proporção dos pobres de 6%.
- As simulações apontam para a importância de se incorporar na análise efeitos informais do salário mínimo, como aqueles atuantes sobre os segmentos sem carteira, conta-própria e aqueles derivados do uso do salário mínimo como numerário.
- O efeito aliviador de pobreza da visão tradicional do papel do mínimo, isto é, aquele incidente sobre os trabalhadores formais que ganham um salário mínimo, corresponde a menos de 42% do efeito total obtido.
- Entre os canais informais, destacamos a importância de incorporarmos os efeitos exercidos pelo salário sobre os trabalhadores sem carteira de trabalho (que corresponde a cerca de 35% do efeito total), e, em menor medida, o efeito numerário atuante sobre os trabalhadores formais (que responde por 13.3% do efeito total) e o efeito do salário mínimo sobre os conta próprias e empregadores (em torno de 9.7% do total).
- É preciso ter em mente que estamos falando de um ganho real substantivo do salário mínimo, como aquele conferido em maio de 1995 se não houvesse inflação. Entretanto como Barros, Foguel e Mendonça (1997) demonstram, o reajuste aqui simulado se refere a menos da metade do caminho em direção aos padrões internacionais e históricos nacionais da relação entre o salário mínimo e a renda domiciliar per capita.
- O valor de redução da proporção de pobres encontrado é ligeiramente superior àquele encontrado por Barros (1998) para três cenários alternativos, a saber: i) redução à metade da taxa de desemprego (para 4%), ii) aumento da renda per capita de 3% anual por dois anos consecutivos (com manutenção da taxa de desemprego), e iii) aumento de escolaridade de toda a população brasileira de um ano de estudo, o que normalmente ocorre a cada década seguindo a tendência histórica brasileira. Coincidentemente, a pobreza cairia cerca de 4.5% em cada um desses cenários traçados, o que é um nível inferior ao da redução de pobreza alcançado com o reajuste de 42.86% se incorporarmos efeitos formais e informais do salário mínimo (6%) e supusermos uma curva de demanda por trabalho totalmente inelástica.

É óbvio que, além dos impactos sobre o nível de rendimento dos empregados considerados, aumentos do salário mínimo devem exercer impactos adversos sobre o emprego. No entanto, ainda não existem estimativas confiáveis para o Brasil da elasticidade emprego-salário para os trabalhadores sem carteira de trabalho e para os trabalhadores que recebem valores próximos ao mínimo. Neste sentido, os nossos resultados sobre impactos do mínimo sobre a pobreza brasileira devem ser interpretados como limites superiores. O ponto fundamental que o artigo pretende demonstrar é sobre a necessidade da incorporação dos chamados “efeitos-informais” do mínimo à análise.

Referências:

Amadeo, E. e Neri M., “Política Macroeconómica Y Pobreza en Brazil” in *Política Macroeconómica Y Pobreza en América Latina Y El Caribe*, Ganuza E and Taylor, L, editors, in Fondo del Cultura, México, 1998.

Barros, R, Foguel, M e Mendonça, R. “O Nível do Salário Mínimo no Brasil: Comparações Internacionais e Históricas”, mimeo, DIPES/IPEA, 1997.

Barros R., “Estudo Dissocia Desemprego e Pobreza” em *Gazeta Mercantil*, 20 de Maio de 1998.

Card, D., and Krueger, A., *Myth and Measurement: The New Economics of the Minimum Wage*, Princeton University Press, Princeton, 1995.

Foster, J., Greer, J., Thorbecke, E., “A Class of Decomposable Poverty Measures”, *Econometrica*, V.52, 1984

Foguel, M., *Uma Análise dos Efeitos do Salário Mínimo sobre o Mercado de Trabalho no Brasil*, Dissertação de Mestrado, mimeo, Departamento de Economia, PUC-Rio, 1997.

Gramlich, Edward M., “Impact of Minimum Wages on Other Wages, Employment and Family Incomes” in *Brookings Papers on Economic Activity*. Okun, Arthur M., and George L. Perry eds, vol. 2, Washington DC: Brookings Institution, 1976.

Neri, M., “O Reajuste do Salário Mínimo de Maio de 1995”, *Anais da Sociedade Brasileira de Econometria*, Recife, 1997.

Ramos, L. e Reis, J. “Minimum Wage, Income Distribution and Poverty in Brazil”, Texto para Discussão # 359, IPEA, 1994.

Ramos, L. e Reis, J. “Quem Ganha um Salário Mínimo no Brasil?”, *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v.25, n. 2, Abril de 1995.

Souza, P.R. e Baltar, P. “The Minimum Wage and Wage Rates in Brazil”, *Brazilian Economic Studies*, n.7, 1982-83.

APÊNDICE: ANÁLISE DE ROBUSTEZ DAS SIMULAÇÕES DOS EFEITOS FORMAIS E INFORMAIS DO SALÁRIO MÍNIMO SOBRE A POBREZA

Este apêndice testa a robustez das simulações de impactos de reajustes concedidos ao salário mínimo sobre medidas de pobreza. Replicamos as duas seqüências alternativas de incorporação dos diferentes efeitos do mínimo sobre o mercado de trabalho apresentadas nos gráficos 1 a 4, alterando cada dimensão analisada uma a uma (magnitude do reajuste, linha de pobreza e medida de pobreza). Em primeiro lugar, analisamos o efeito de diferentes magnitudes de reajustes concedidos ao mínimo (4%, 10% e 73%) no nosso cenário básico (proporção de pobres tomando uma linha de pobreza de 43 reais). Na segunda parte do Apêndice, empreendemos uma análise de robustez do nosso cenário básico frente a mudanças nas medidas de pobreza (P1 e P2), linha de pobreza (metade e o dobro da linha básica). Finalmente, a terceira parte do Apêndice replica as mesmas simulações da segunda seção em torno do reajuste de 10%.

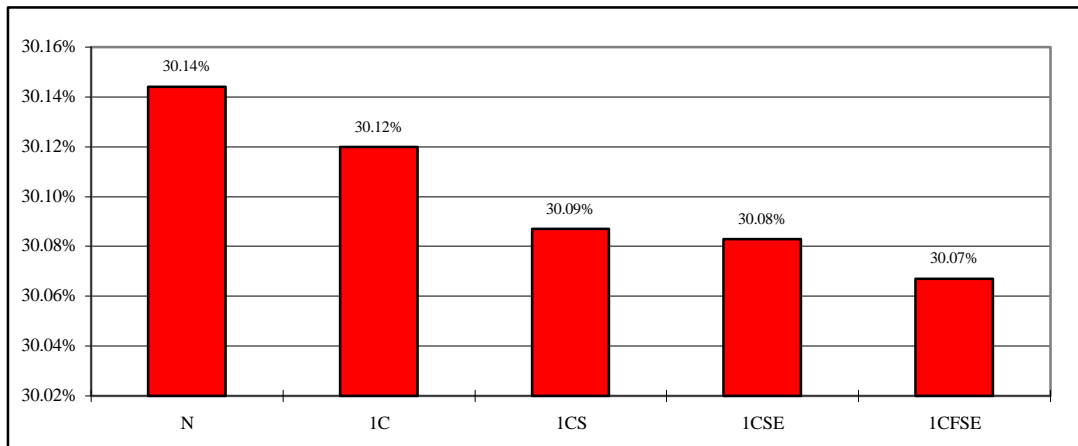
A – Análise de Sensibilidade de Diferentes Reajustes – (4%, 10%, 43% e 73%)

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

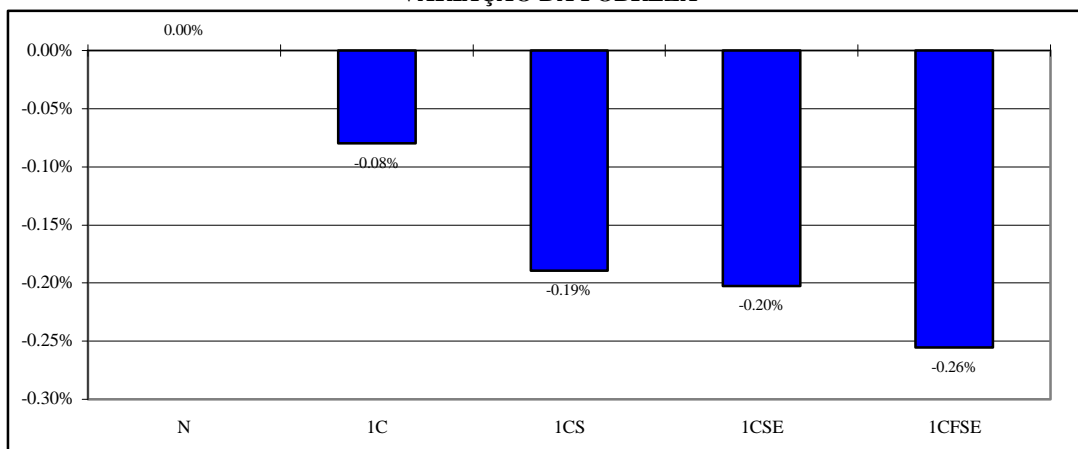
REAJUSTE DE 4% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

C - Empregado Com Carteira

1 - Um Salário Mínimo

S - Empregado Sem Carteira

M - Múltiplos do Salário Mínimo

E - Empregador e Conta Própria

Salário Mínimo = R\$ 112,00

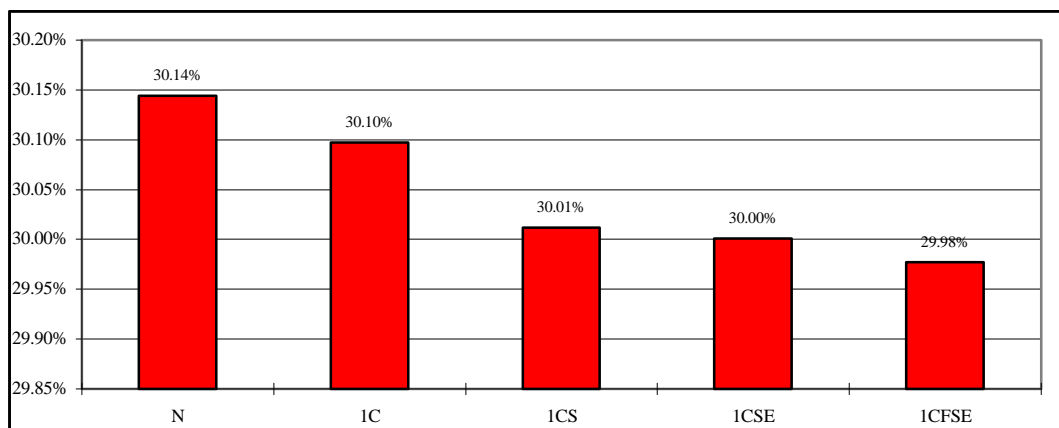
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

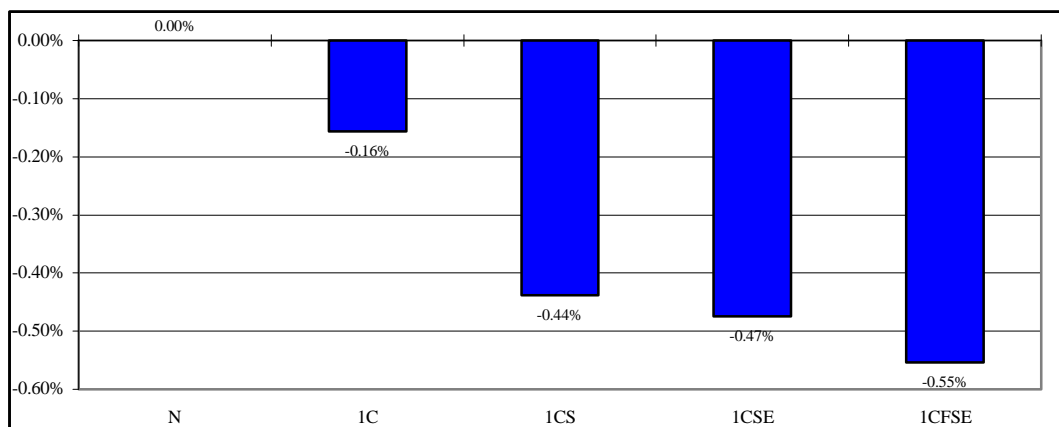
REAJUSTE DE 10% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

C - Empregado Com Carteira

1 - Um Salário Mínimo

S - Empregado Sem Carteira

M - Múltiplos do Salário Mínimo

E - Empregador e Conta Própria

Salário Mínimo = R\$ 112,00

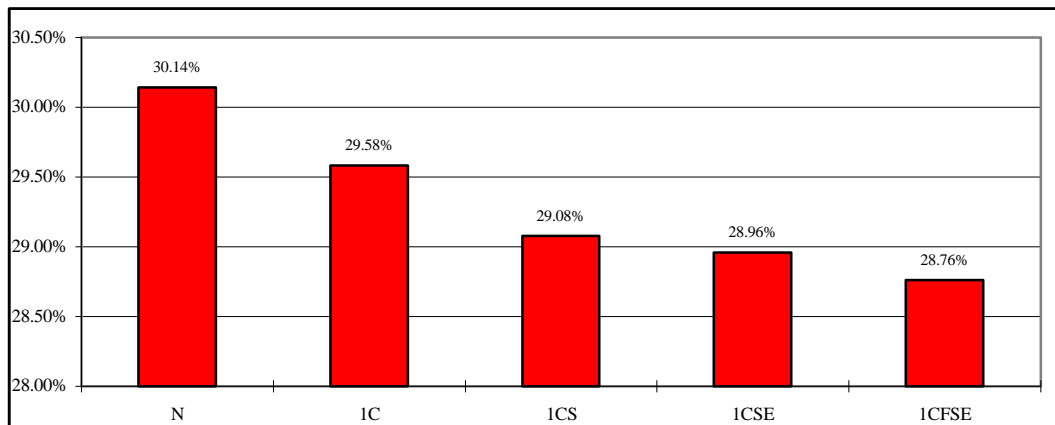
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

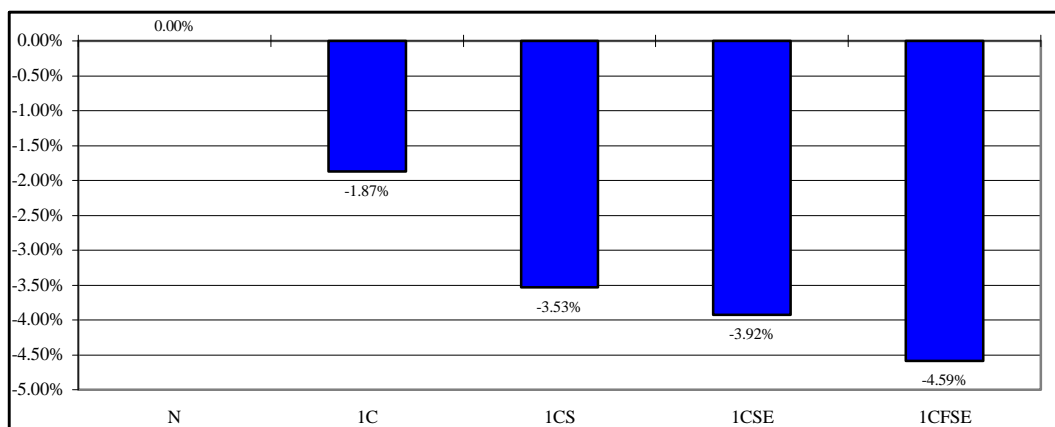
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

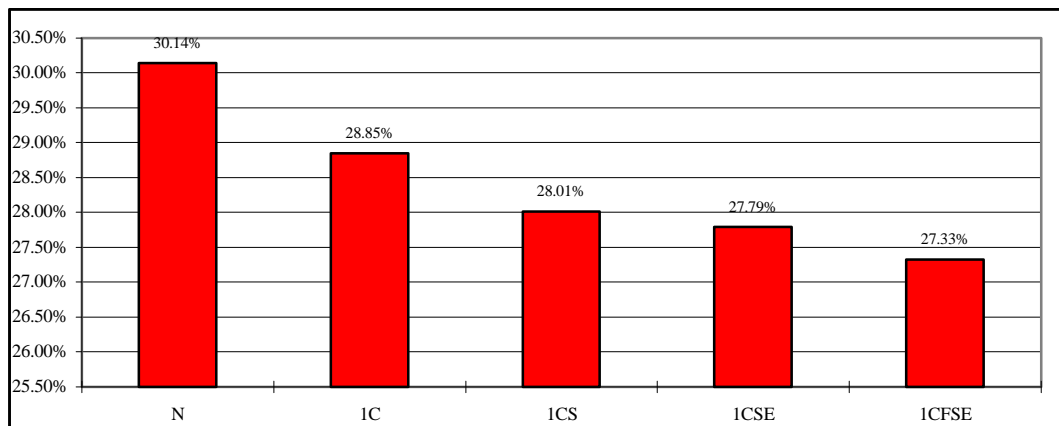
S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

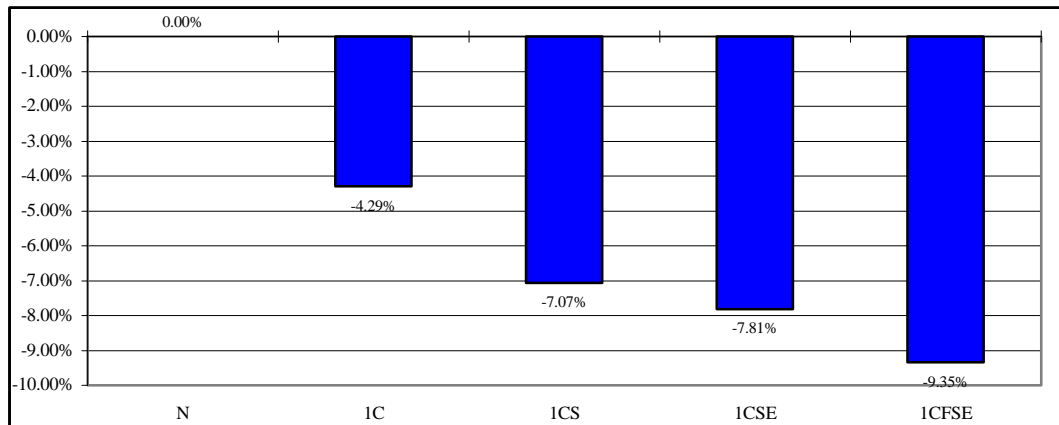
F - Funcionário Público

**SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO
 REAJUSTE DE 73% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL**

**Proporção de Pobres - R\$ 43
 NÍVEL DE POBREZA**



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

C - Empregado Com Carteira

1 - Um Salário Mínimo

S - Empregado Sem Carteira

M - Múltiplos do Salário Mínimo

E - Empregador e Conta Própria

Salário Mínimo = R\$ 112,00

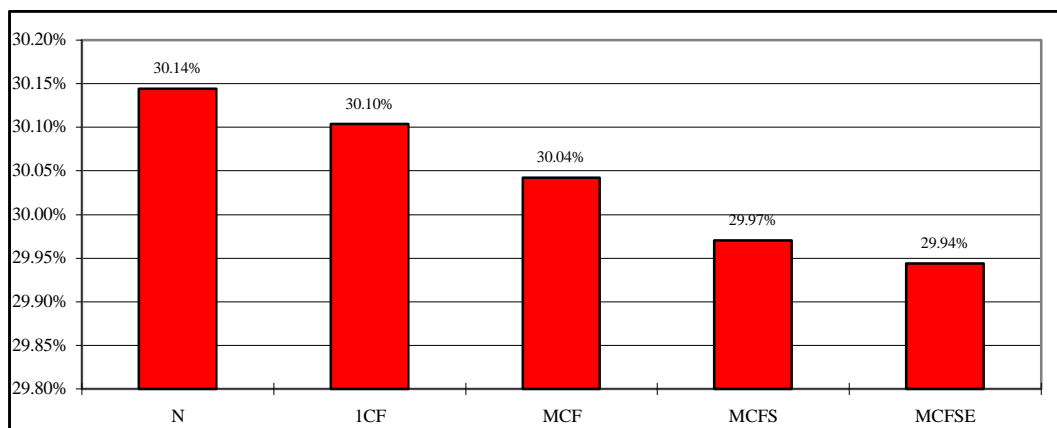
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

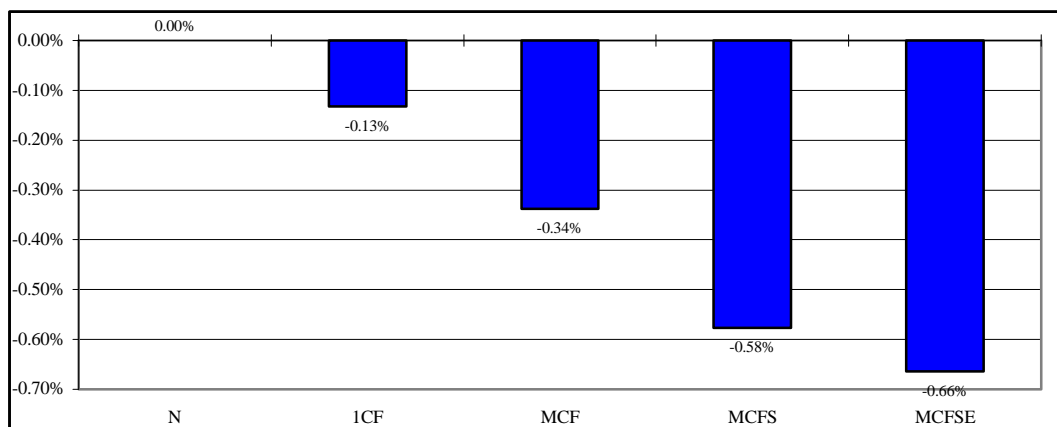
REAJUSTE DE 4% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

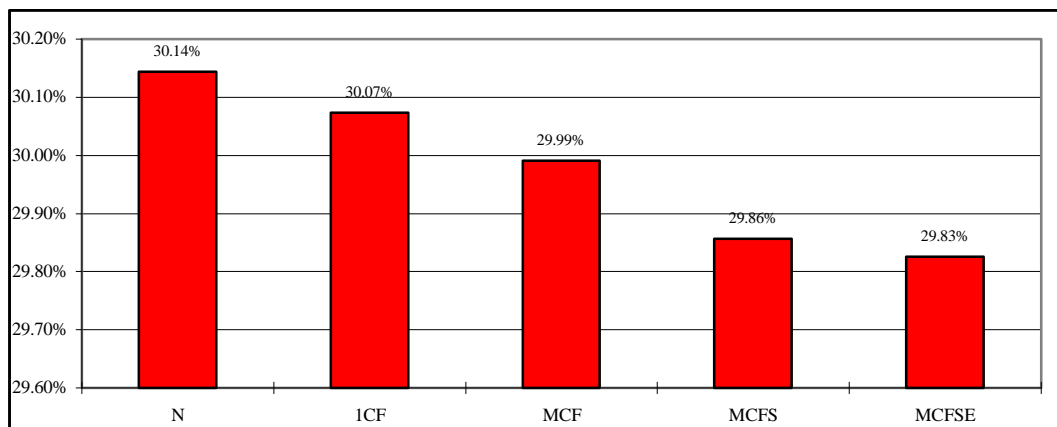
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

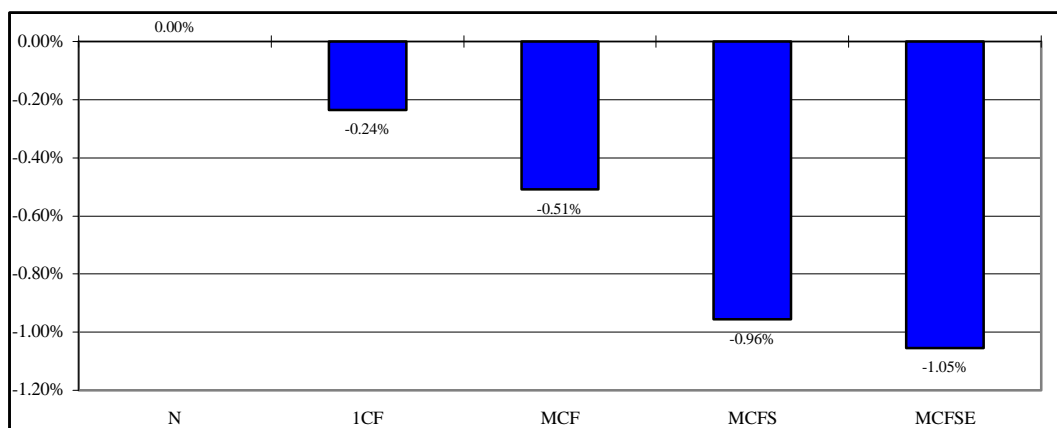
REAJUSTE DE 10% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

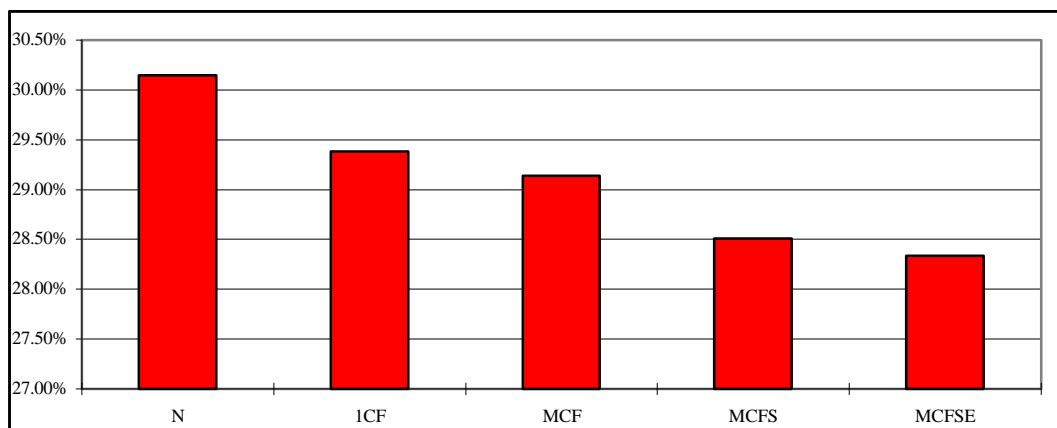
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

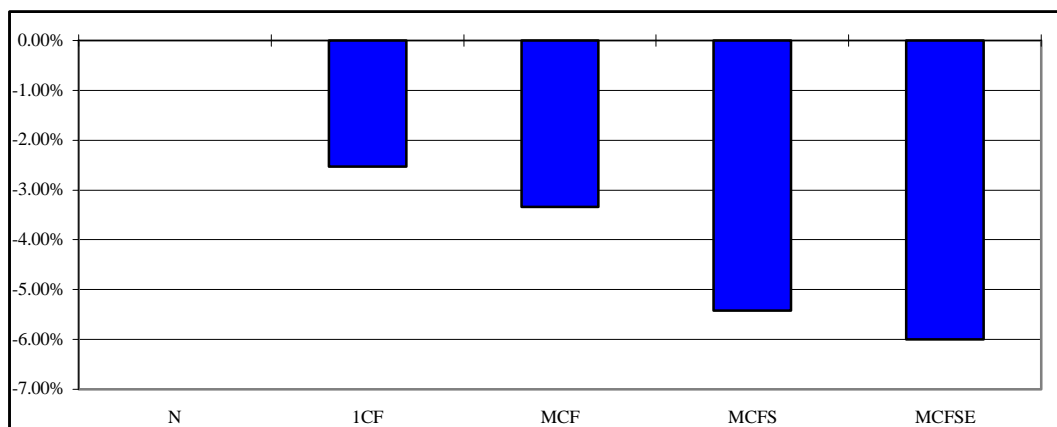
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

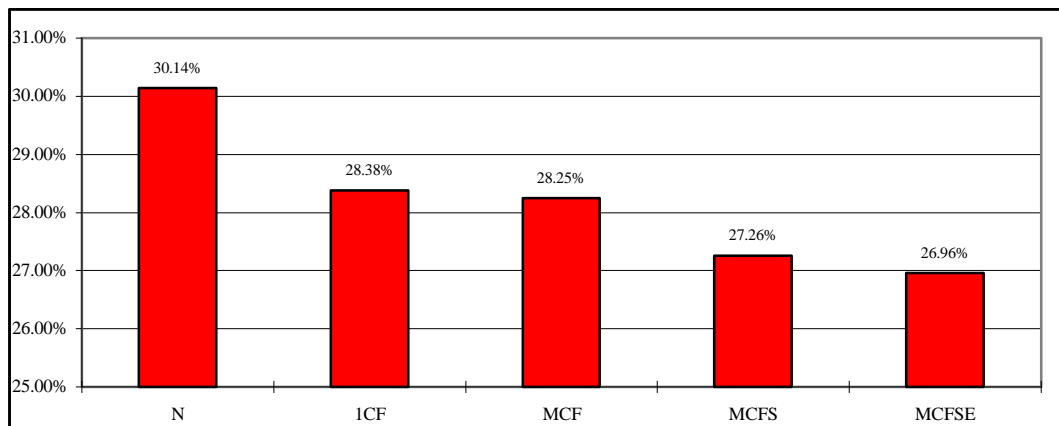
S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

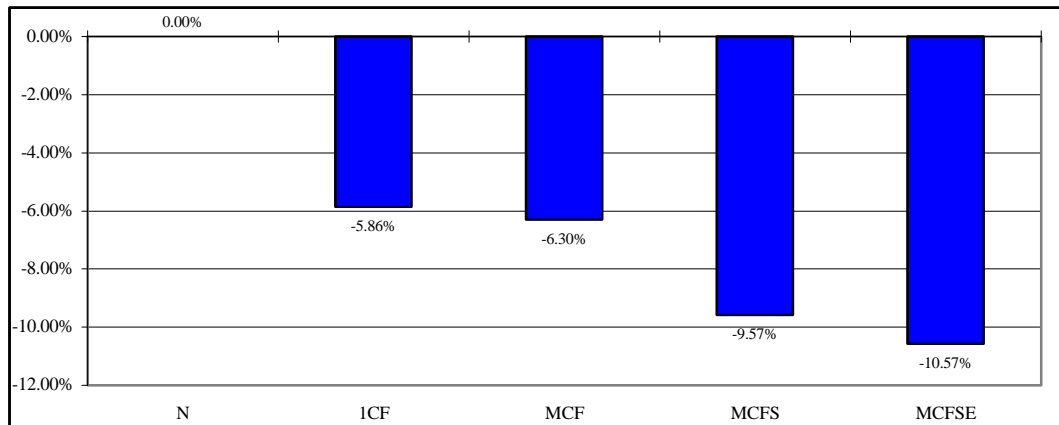
F - Funcionário Público

**SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO
 REAJUSTE DE 73% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL**

**Proporção de Pobres - R\$ 43
 NÍVEL DE POBREZA**



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

F - Funcionário Público

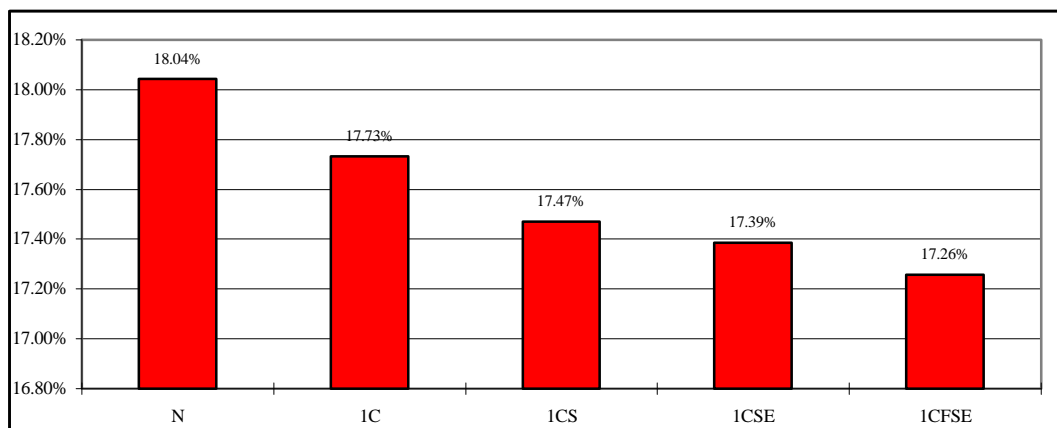
B – Análise de Sensibilidade - Reajuste de 43%

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

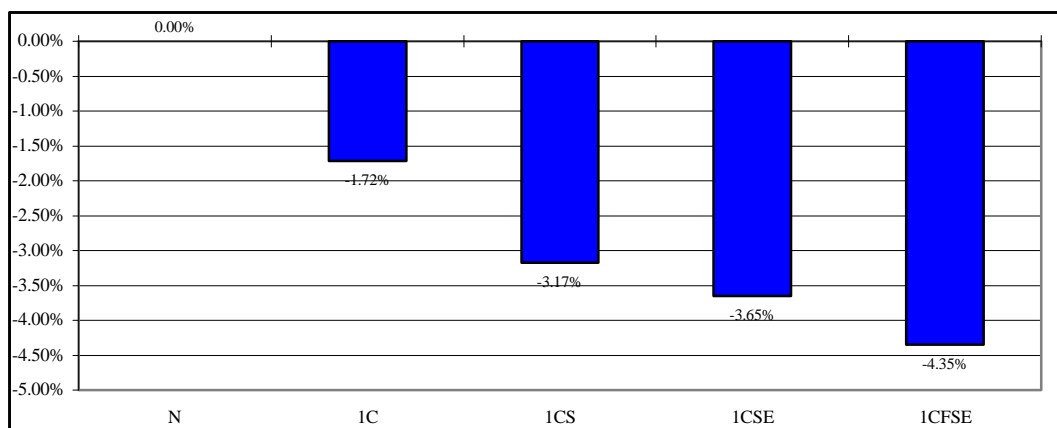
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Hiato Médio da Pobreza - R\$ 43

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

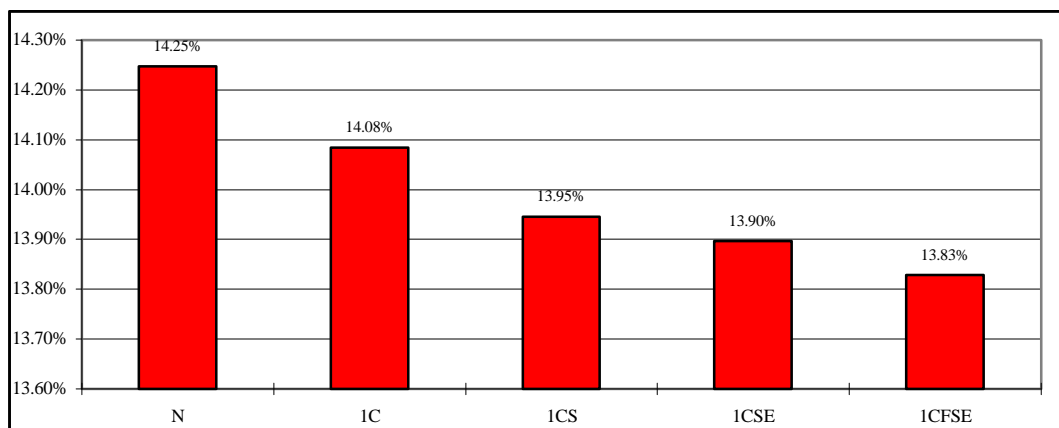
C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

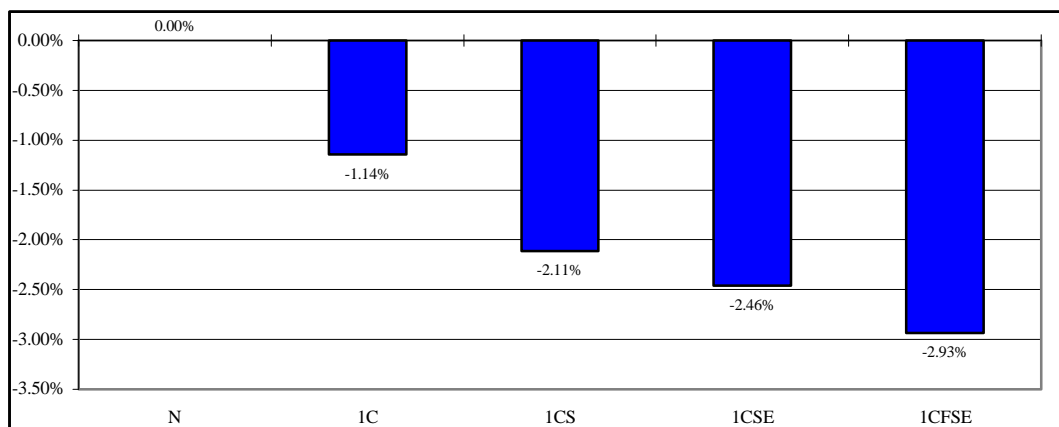
E - Empregador e Conta Própria

F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL
Hiato Quadrático da Pobreza - R\$ 43
NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

C - Empregado Com Carteira

1 - Um Salário Mínimo

S - Empregado Sem Carteira

M - Múltiplos do Salário Mínimo

E - Empregador e Conta Própria

Salário Mínimo = R\$ 112,00

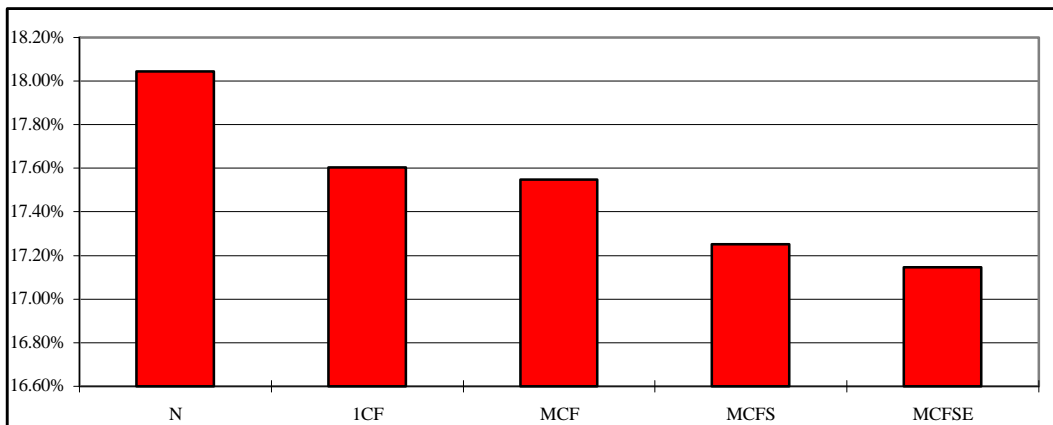
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

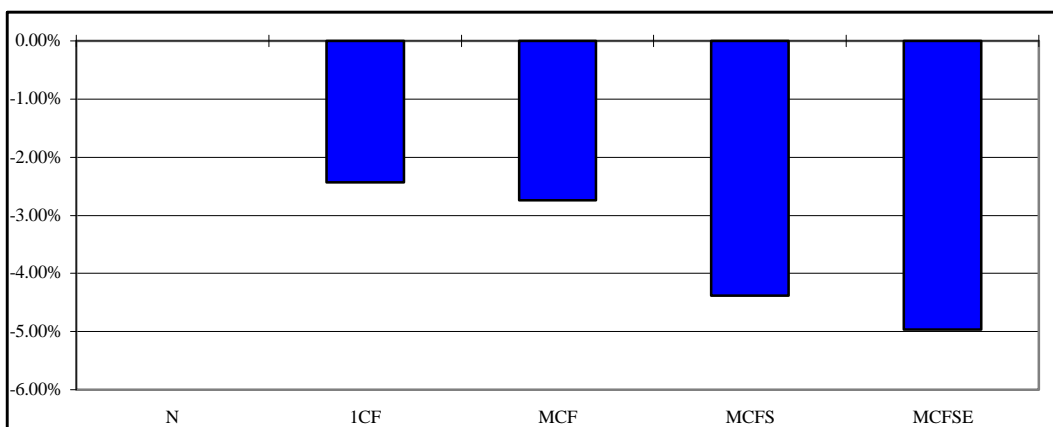
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Hiato Médio da Pobreza - R\$ 43

NÍVEL DE POBREZA



VARIÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

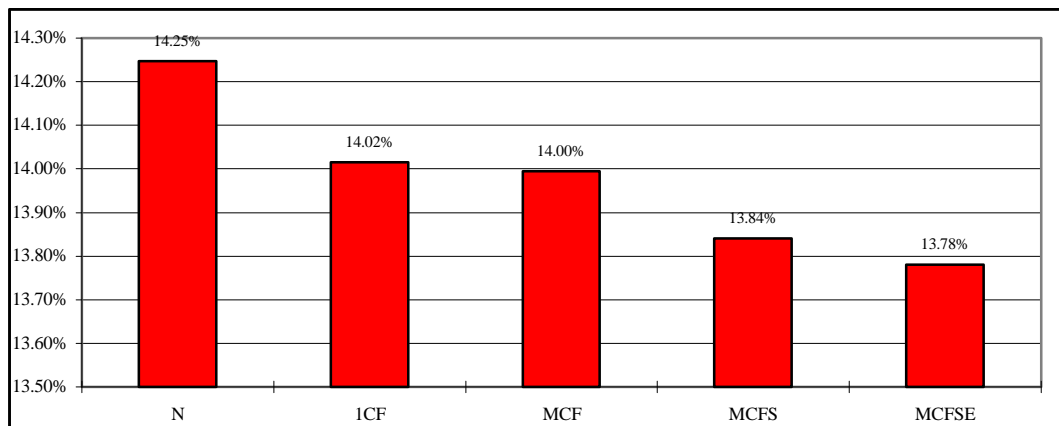
C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

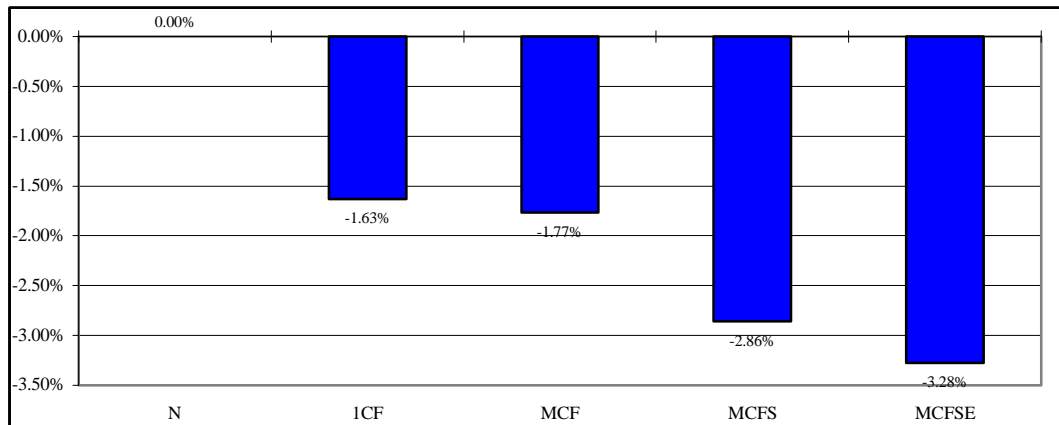
E - Empregador e Conta Própria

F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL
Hiato Quadrático da Pobreza - R\$ 43
NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

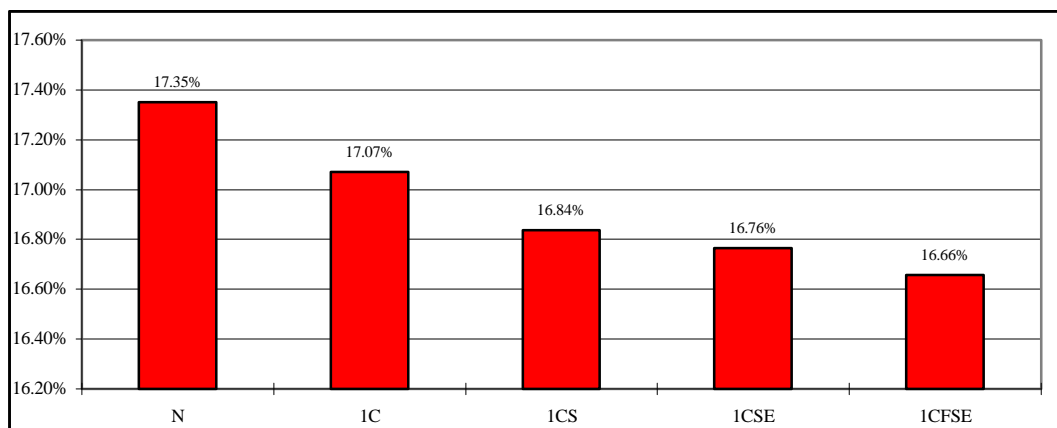
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

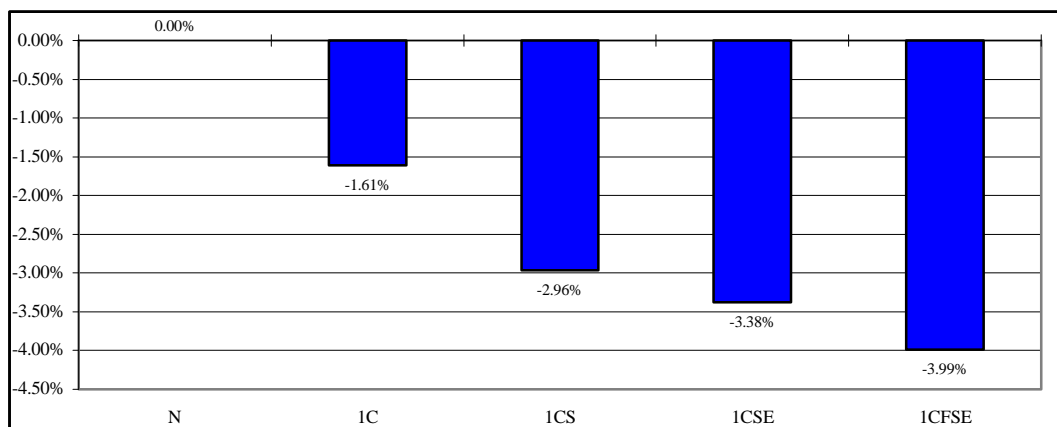
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43/2

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

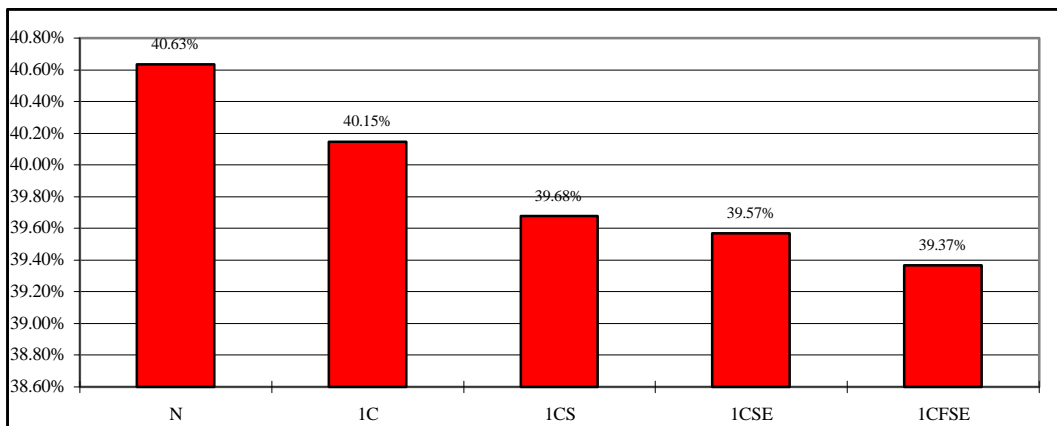
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

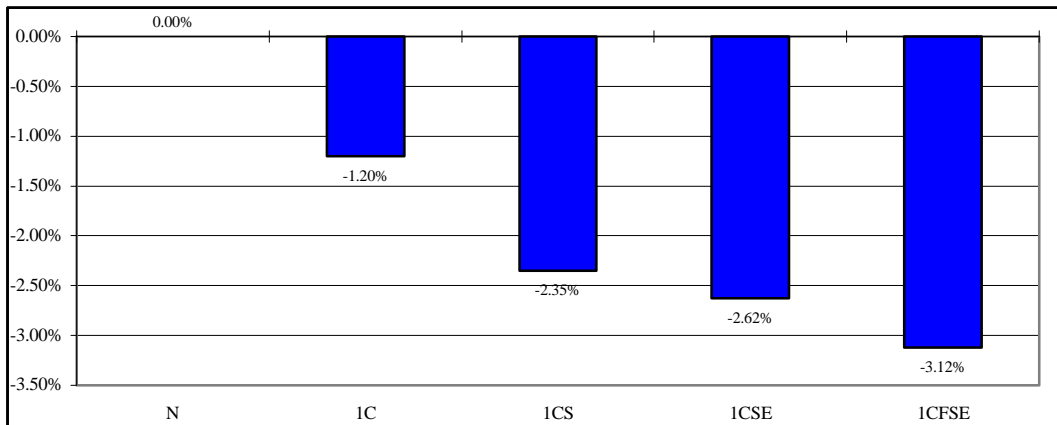
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43x2

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

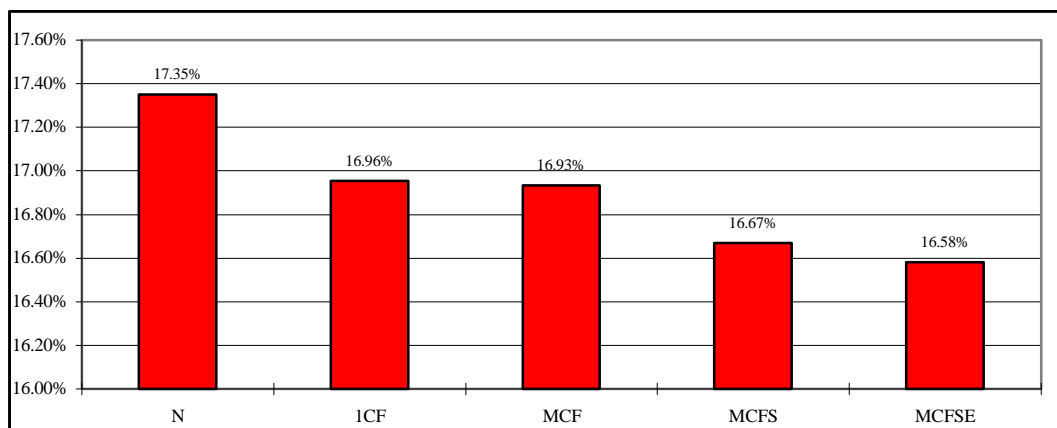
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

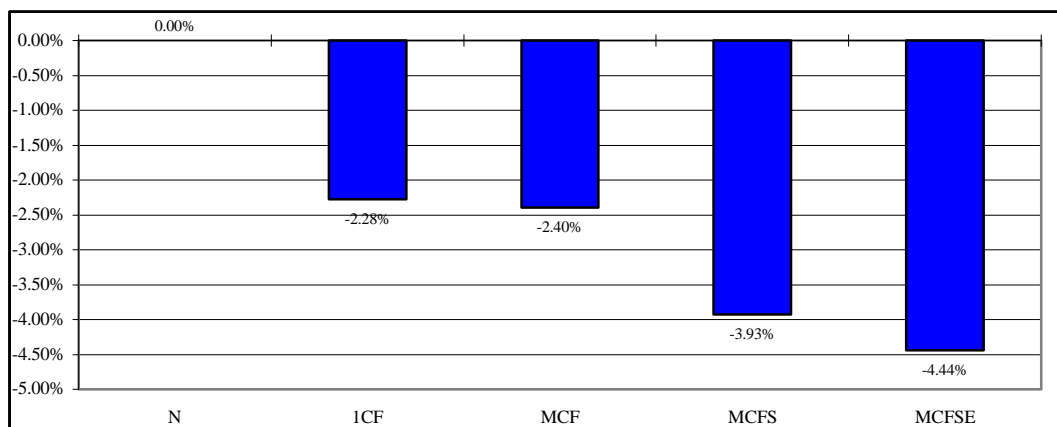
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43/2

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

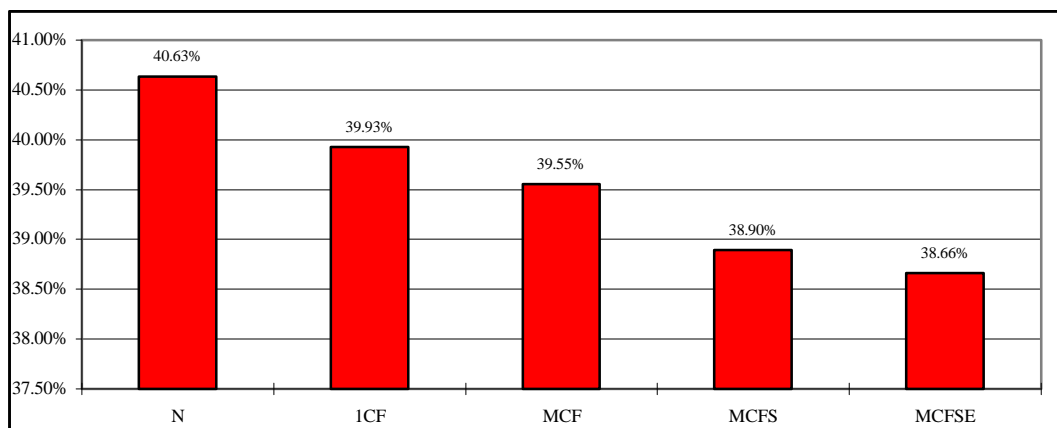
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

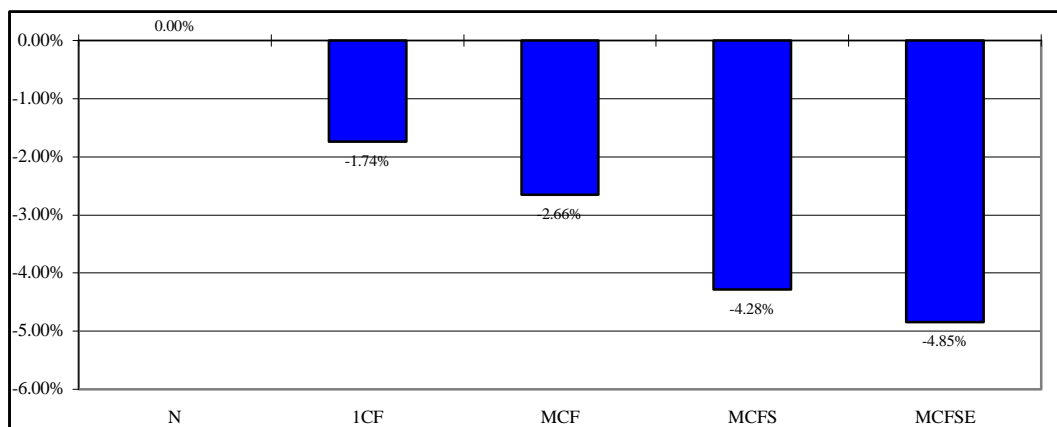
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43x2

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

F - Funcionário Público

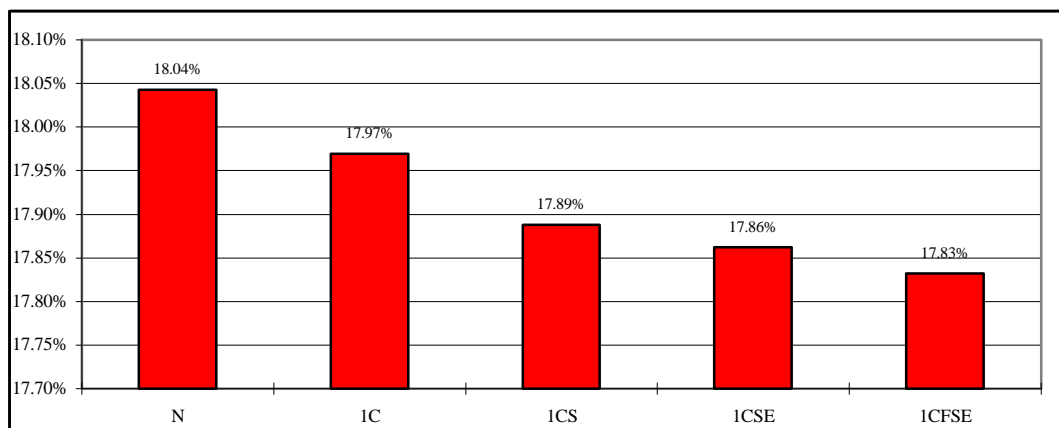
C – Análise de Sensibilidade - Reajuste de 10%

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

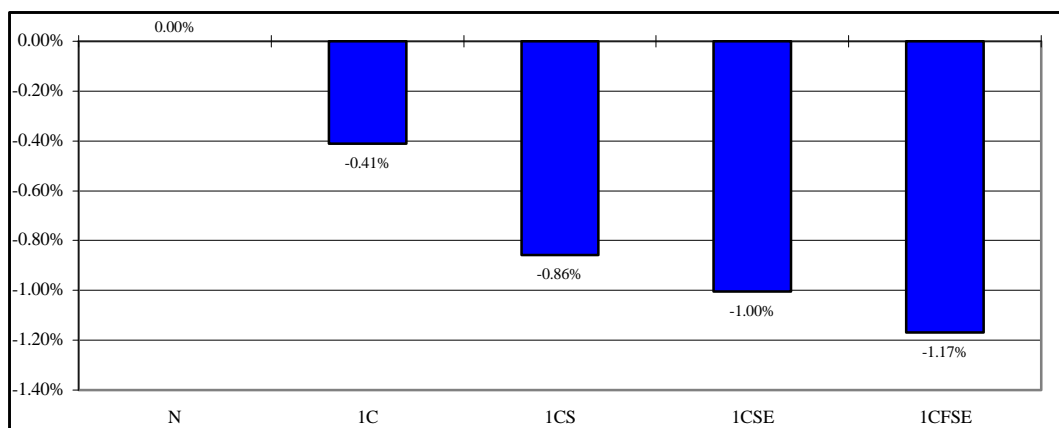
REAJUSTE DE 10% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Hiato Médio da Pobreza - R\$ 43

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

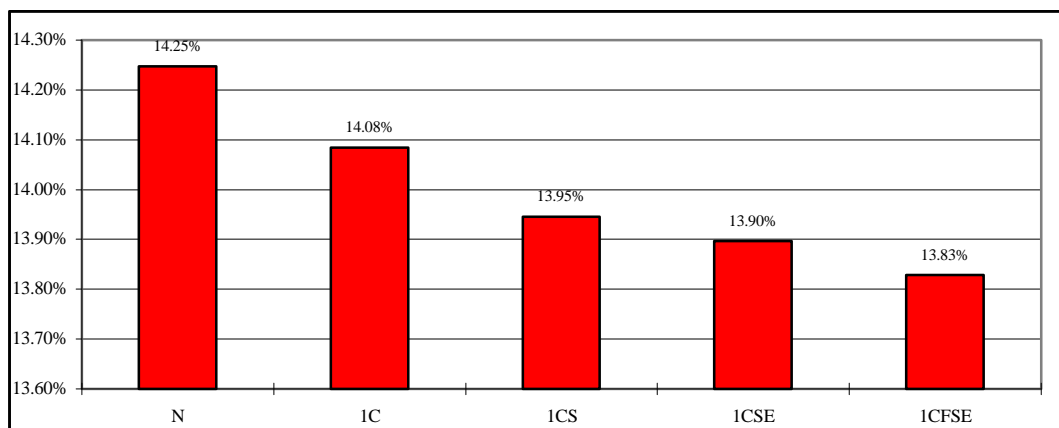
C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

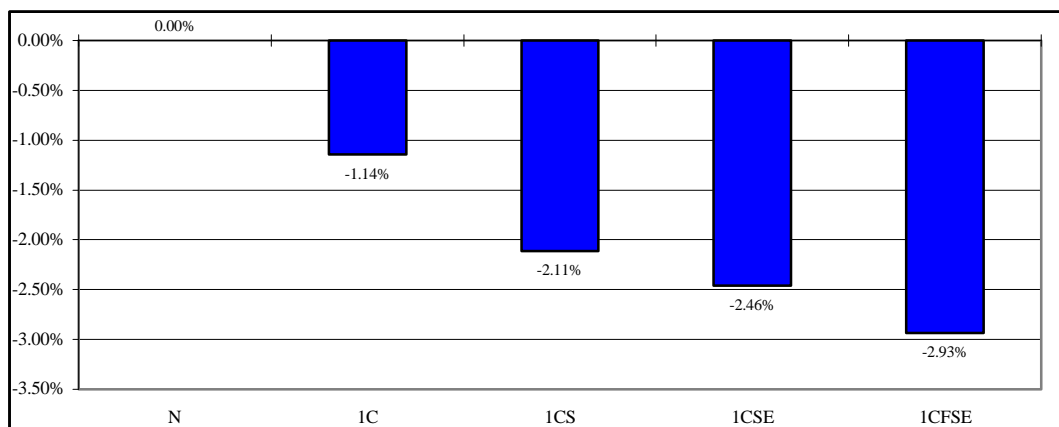
E - Empregador e Conta Própria

F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO
REAJUSTE DE 43% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL
Hiato Quadrático da Pobreza - R\$ 43
NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

C - Empregado Com Carteira

1 - Um Salário Mínimo

S - Empregado Sem Carteira

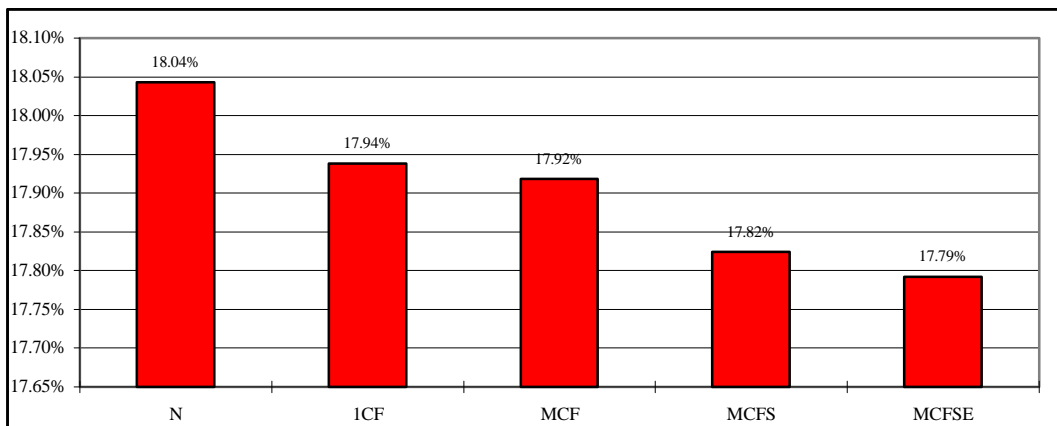
M - Múltiplos do Salário Mínimo

E - Empregador e Conta Própria

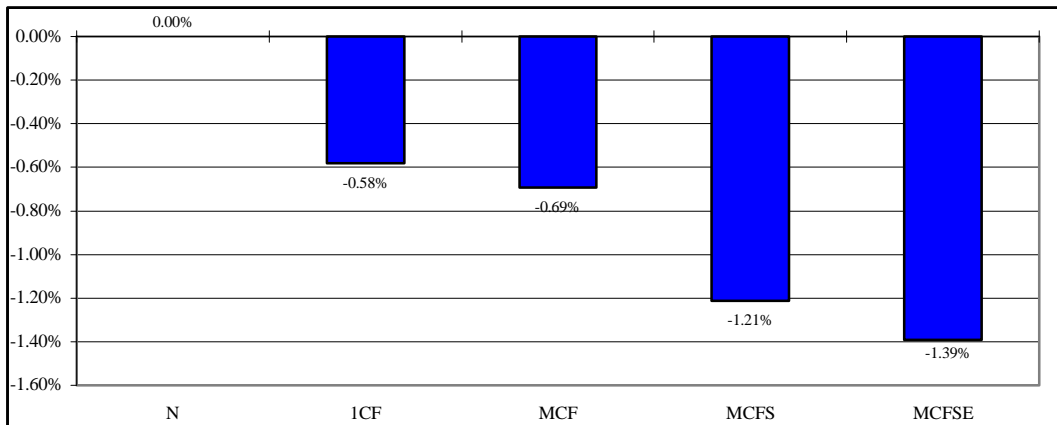
Salário Mínimo = R\$ 112,00

F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO
REAJUSTE DE 10% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL
Hiato Médio da Pobreza - R\$ 43
NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

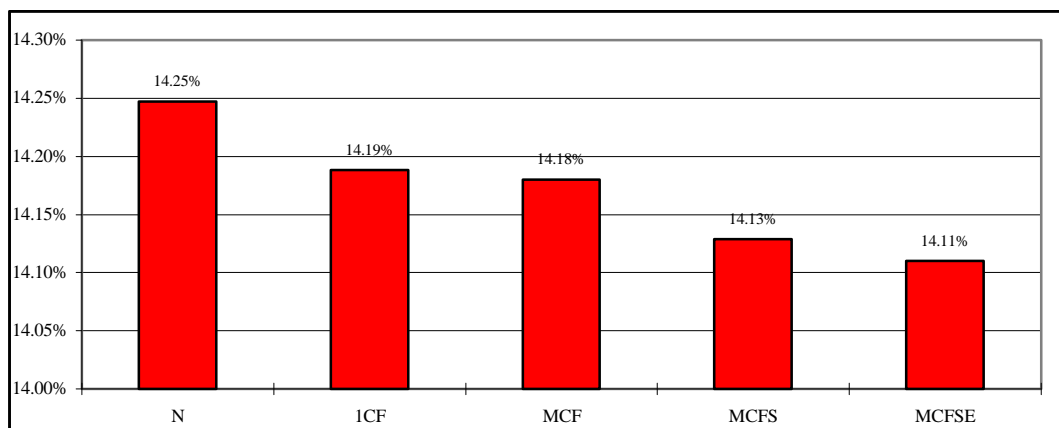
C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

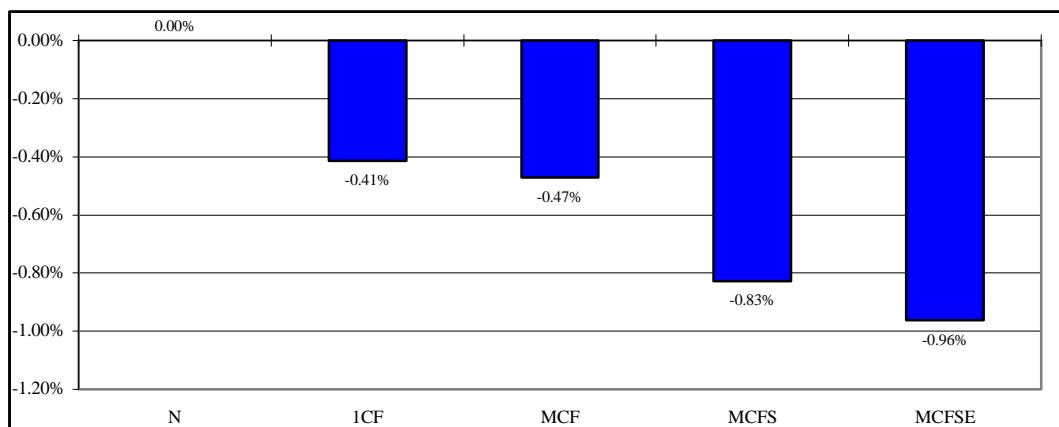
E - Empregador e Conta Própria

F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO
REAJUSTE DE 10% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL
Hiato Quadrático da Pobreza - R\$ 43
NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

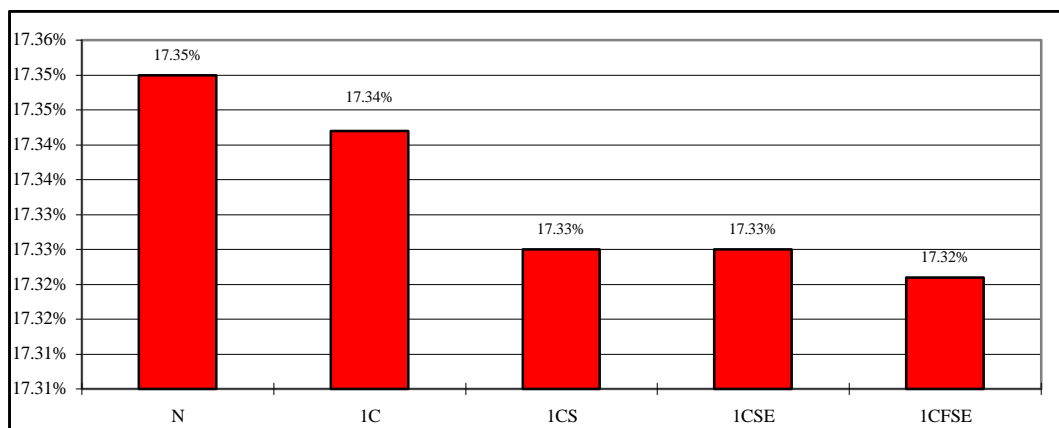
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

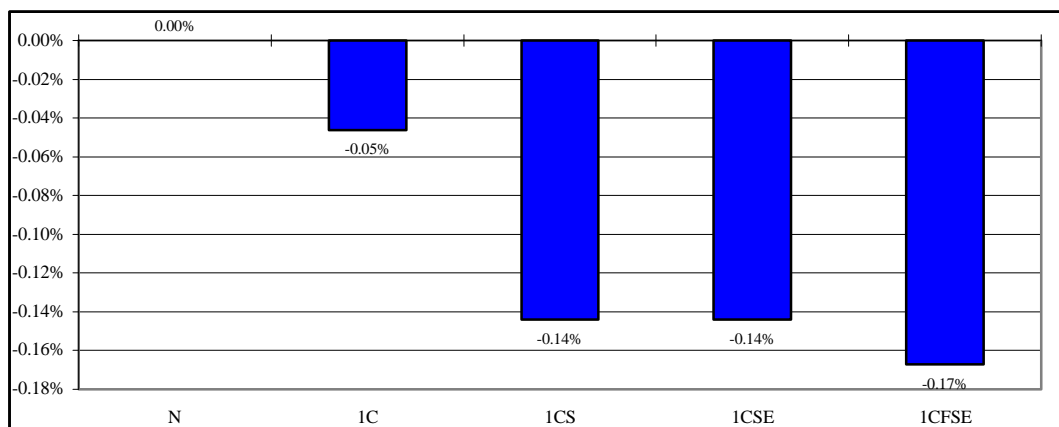
REAJUSTE DE 10% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43/2

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

C - Empregado Com Carteira

1 - Um Salário Mínimo

S - Empregado Sem Carteira

M - Múltiplos do Salário Mínimo

E - Empregador e Conta Própria

Salário Mínimo = R\$ 112,00

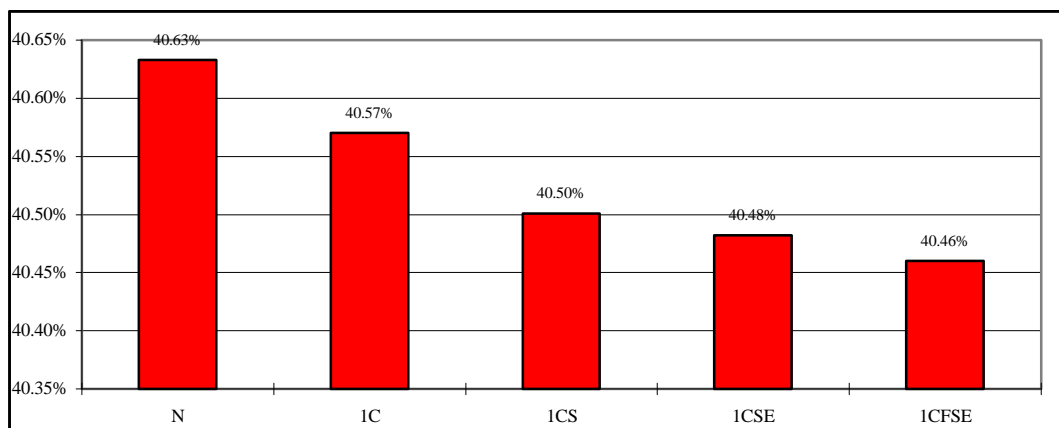
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

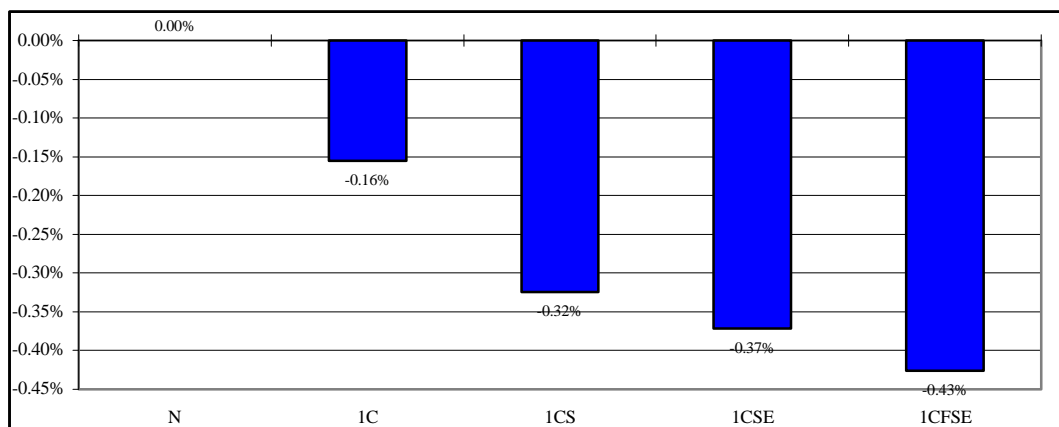
REAJUSTE DE 10% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43x2

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

C - Empregado Com Carteira

1 - Um Salário Mínimo

S - Empregado Sem Carteira

M - Múltiplos do Salário Mínimo

E - Empregador e Conta Própria

Salário Mínimo = R\$ 112,00

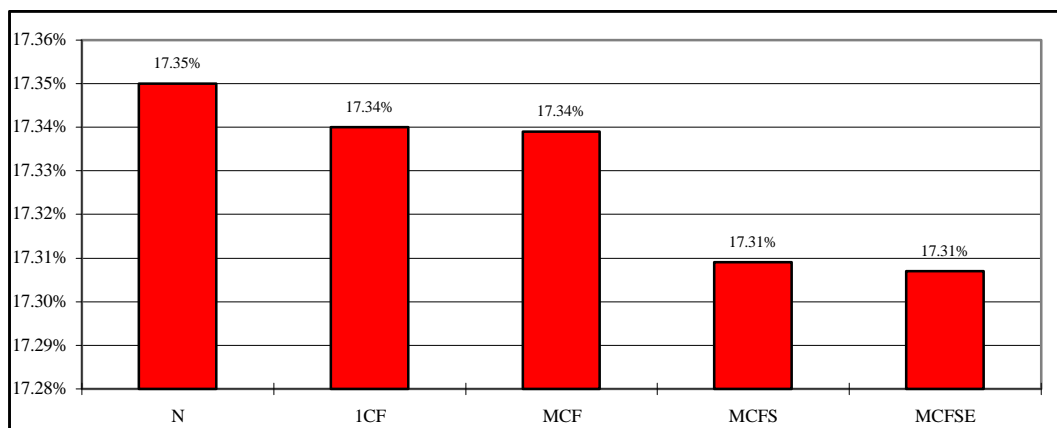
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

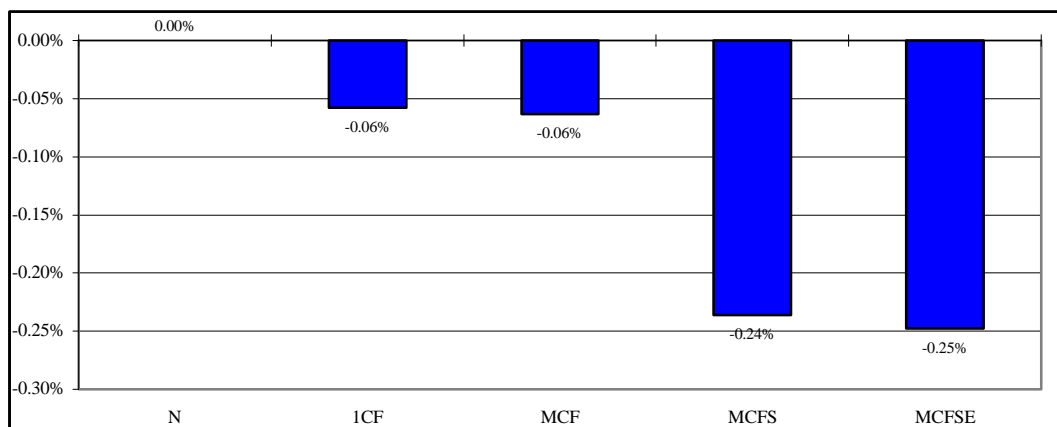
REAJUSTE DE 10% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43/2

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

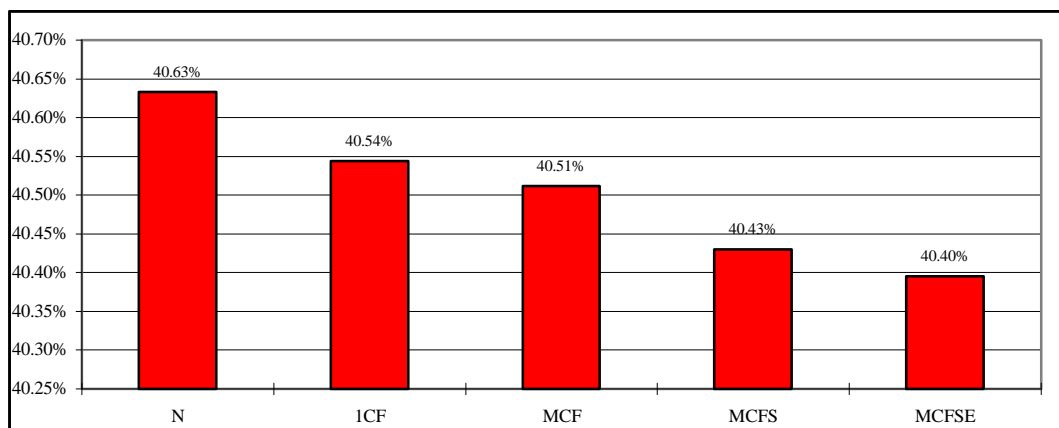
F - Funcionário Público

SIMULAÇÕES SOBRE IMPACTO DE REAJUSTES REAIS AO SALÁRIO MÍNIMO

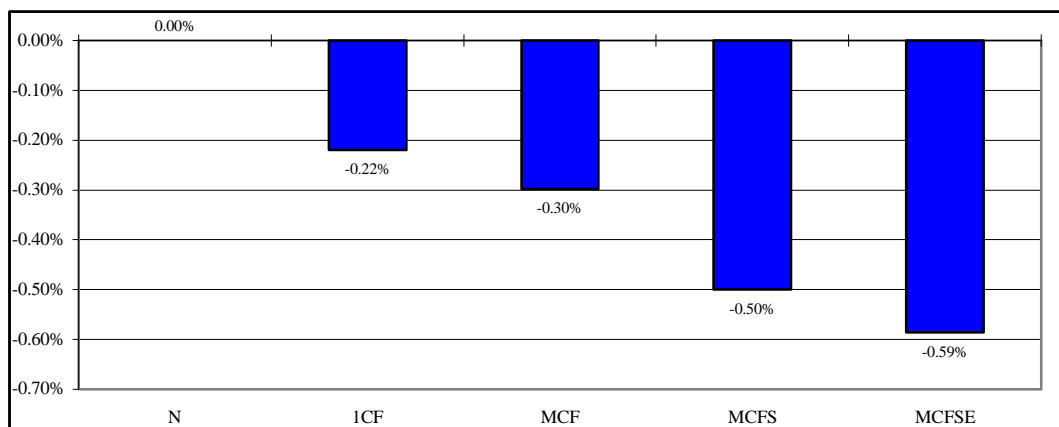
REAJUSTE DE 10% - RENDA DO TRABALHO - BRASIL

Proporção de Pobres - R\$ 43x2

NÍVEL DE POBREZA



VARIAÇÃO DA POBREZA



Fonte: PNAD 96

Onde:

N - Nenhum Reajuste (Base)

1 - Um Salário Mínimo

M - Múltiplos do Salário Mínimo

Salário Mínimo = R\$ 112,00

C - Empregado Com Carteira

S - Empregado Sem Carteira

E - Empregador e Conta Própria

F - Funcionário Público